UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

ATA CONSUN 01/2026

Aos **vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis,** com início às oito horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – Campus Capão do Leão, realizou-se reunião ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pela **Reitora Ursula Rosa da Silva,** com a participação dos(as) seguintes conselheiros(as): **Eraldo dos Santos Pinheiro**, Vice-Reitor; **Roberta Coelho Barros**, Diretora do Centro de Artes; **Wilson João Cunico Filho**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Isabel Cristina Rosa Barros Rasia,** Diretora do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais; **Amanda Dantas de Oliveira**, Diretora do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Bruno Müller Vieira,** Diretor do Centro das Engenharias; **Raquel da Fonseca Holz,** Diretora Adjunta do Centro de Integração do Mercosul; **Daiana San Martin Goulart**, Diretora Adjunta do Centro de Letras e Comunicação; **Gabriel Bergmann,** Diretor da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia; **Mauricio de Oliveira,** Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Charlei Marcelo Paliga**, Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Inezita Silveira da Costa**, Diretora da Faculdade de Direito; **Gilsenira de Alcino Rangel,** Diretora da Faculdade de Educação; **Milena Hohmann Antonacci,** Vice**-**Diretora da Faculdade de Enfermagem; **Julieta Maria Carriconde Fripp,** Diretora da Faculdade de Medicina; **Marcelo Félix Alonso,** Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Ludmila Correa Muniz,** Diretora da Faculdade de Nutrição; **Otávio Pereira D´Ávila**, Diretor da Faculdade de Odontologia; **Margarida Buss Raffi,** Vice**-**Diretora da Faculdade de Veterinária; **Gilson de Mendonça**, Vice-Diretor do Instituto de Biologia; **Andréa Lacerda Bachettini,** Vice-Diretora do Instituto de Ciências Humanas; **Elaine da Silveira Leite**, Diretora do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Fernando Jaques Ruiz Simões Júnior,** Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Raquel Lüdtke**, representante dos Professores da Classe D - Titulares, **Luiz Carlos Rigo**, representante dos Professores da Classe D - Titulares; **César Dalmolin Bergoli,** representante dos Professores da Classe C - Associados; **Eliana Veleda Klering,** representante dos Professores da Classe B - Adjuntos; **Leandro Sanzi Aquino**, representante dos Professores da Classe B - Adjuntos; **Thaíse Mendes Farias,** representante dos Professores da Classe A - Assistentes; **Raquel Azambuja Santos**, representante do COCEPE; **Airi Macias Sacco**, representante do COCEPE; **Herivelto Garcez Nogueira**, representante comunitário; **Moacir Cardoso Elias,** representante dos Docentes Aposentados; **Arlete de Araújo de Albuquerque**, representante dos Servidores Técnico-administrativos Aposentados; **Juliano Oliveira da Silva**, representante discente; **Eduardo Ribeiro Matias**, representante discente; **Welinton da Silva Paulsen**, representante discente; **Tony de Siqueira Sechi**, representante discente; **Iuri de Almeida Costa**, representante discente; **Isabela Mello Ness**, suplente da representante discente Mabelly Vargas Pacífico; **Daniel de Alvarenga Berbare**, representante dos Servidores Técnico-administrativos; **Heloísa Helena Campelo Rodrigues da Rocha**, representante dos Servidores Técnico-administrativos; **Mateus Avila Tavares**, suplente da representante dos Servidores Técnico-administrativos Joice Pereira da Silva; **Mara Beatriz Nunes Gomes**, suplente da representante dos Servidores Técnico-administrativos, Márcia Kaster Portelinha; **Solange Machado Tonietto**, representante dos Servidores Técnico-administrativos, Ana Paula de Lima Escobal, suplente do representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências da Vida), Uemerson Silva da Cunha; **Rafael Bueno**

Orcy, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências da Vida); **Forlan La Rosa Almeida**, suplente do representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências Exatas), Sérgio da Silva Cava; **Ádamo de Sousa Araújo**, suplente da representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências Exatas), Luciana Chimendes Cabrera; **Francisco dos Santos Kielin**g, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências Humanas); **Cíntia Langie Araujo**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências Humanas); **Daniela Buske,** representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Márcio Rodrigo Vale Caetano,** representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Raqueli Teresinha França,** representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação. Não compareceram os(as) conselheiros(as): Brenda Salenave Santana, representante dos Professores da Classe A - Assistente, que justificou sua ausência por ter defesa de orientando de mestrado agendada anteriormente; Rodrigo Lopes Gonzalez, representante comunitário; Luã Rodrigues Silveira, representante discente; Carla Rosane Carret Machado, representante dos Servidores Técnico-administrativos, Sérgio Eloir Teixeira Wotter, representante dos Servidores Técnico-administrativos. Com a constatação da existência de quórum, a Senhora Presidenta iniciou a reunião às oito horas e cinquenta e dois minutos, desejando um bom ano a todos os presentes e abordando os desafios previstos para o ano que se iniciava. Destacou, ainda, os cortes de verbas pelo Governo Federal, a reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o ano eleitoral e a pauta dos servidores técnico-administrativos. Na sequência a Senhora Presidente falou da responsabilidade do Conselho e do trabalho da Universidade, se manifestando da seguinte forma: *"Apesar de todas as nossas lutas, acho que é importante a gente lembrar que, enquanto instância máxima da nossa universidade, o nosso compromisso, o nosso envolvimento e o impacto que essa universidade tem na região sul do Estado, e a importância que todos e todas temos nas nossas instâncias. Cada um de nós aqui é responsável pelo desenvolvimento da nossa comunidade UFPel. E é nesse sentido que eu desejo um Feliz Ano Novo, um ano de muito trabalho, um ano de muitas realizações, porque eu tenho certeza de que nós temos aqui um grupo bem qualificado, que representa muito uma das melhores universidades deste país. Nesse sentido, eu dou início à nossa reunião, à primeira reunião do ano."* Na sequência, a Senhora Presidenta solicitou um minuto de silêncio, manifestando-se da seguinte forma: *"Peço, nesse momento, que a gente preste uma pequena homenagem à nossa querida Mabel, nossa Professora Emérita, que recebeu o título em maio do ano passado e que é uma pessoa que representou muito a universidade, desde a criação dos cursos dos quais ela participou, da pós-graduação, representação dela em nível nacional, na CAPES, no MEC, nas associações vinculadas à educação. É uma pessoa que representou, em nível nacional, muitas pautas e políticas desenvolvidas para a educação deste país. Também quero, hoje, prestar a nossa solidariedade, os nossos sentimentos e reconhecer, também, estar junto com a comunidade do ICH, com a perda que tivemos nessas duas últimas semanas, de dois estudantes do curso de Geografia. Para nós, enquanto universidade, toda perda significa um sonho que terminou e, ao mesmo tempo, a nossa responsabilidade de levar adiante os sonhos de todos que estão aqui e dos futuros que vão entrar."* Na sequência, saudou os novos conselheiros: Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel: Mauricio de Oliveira e Filipe Selau Carlos; Representantes dos Professores da Classe B – Adjunto: Eliana Veleda Klering e Alessandro Cury Soares; Representantes Comunitários: Herivelto Garcez Nogueira e Léslie Folha Timm, e Rodrigo Lopes Gonzalez e Ana Carolina Issler Ferreira Kessler; Representantes dos Coordenadores de Colegiados de Cursos de Graduação – Área de Ciências Humanas - Cíntia Langie Araujo e Josimara Wikboldt Schwantz; Representantes dos Coordenadores dos Cursos de Pós-graduação: Raqueli Teresinha França e Marilia Leão Goettems; Representantes do COCEPE: Raquel Azambuja Santos e Luiz Filipe Damé Schuch, e Airi Macias Sacco e Romulo Henrique Batista de

Farias. Na sequência, a Senhora Presidenta solicitou autorização para a participação, na reunião, da equipe da Secretaria dos Conselhos Superiores, dos assessores dos gabinetes, dos superintendentes, dos coordenadores e dos relatores, para discussão de temas, se necessário. A participação foi aprovada. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 1.** APRECIAÇÃO DA PAUTA - A Senhora Presidenta fez a leitura da ordem do dia. A conselheira Mara Beatriz solicitou a inclusão do ofício da ASUFPel, encaminhado em setembro do ano anterior, que tratava da reforma administrativa e do cumprimento integral do acordo de greve. Colocada em votação, a ordem do dia, com a inclusão solicitada, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 2.** CRONOGRAMA DE REUNIÕES CONSUN 2026 - A Senhora Presidenta apresentou as datas sugeridas, salientando que seriam destinadas a reuniões ordinárias, podendo ser realizadas reuniões extraordinárias em outras datas. Colocado em votação, o Conselho aprovou o Cronograma de Reuniões Ordinárias do CONSUN para o ano de 2026, conforme segue: 20/02/2026 – manhã; 12/05/2026 – tarde; 15/09/2026 – manhã; e 01/12/2026 – tarde. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 3.** RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DO CONSUN - PROCESSO Nº 23110.007932/2025-06 - A Senhora Presidenta questionou os atuais membros das comissões sobre o interesse de permanência nas mesmas. Com a concordância de todos, o CONSUN, considerando o Art.19 do Regimento da UFPel, que diz: *"O Conselho Universitário terá as seguintes Comissões Permanentes, constituídas de 3(três) membros cada uma delas, eleitas pelos conselheiros por maioria de votos, na primeira sessão anual: I Comissão de Legislação e Normas; II Comissão de Administração e Finanças.",* aprovou a recondução dos membros das Comissões Permanentes do Conselho, conforme segue: Comissão de Legislação e Normas - CLN - Conselheiros membros: Professora Inezita Silveira da Costa (presidente), Assistente em Administração Joice Pereira da Silva, Acadêmico Juliano Oliveira da Silva. Comissão de Administração e Finanças - CAF - Conselheiros membros: Professora Isabel Cristina Rosa Barros Rasia (presidente), Assistente em Administração Mara Beatriz Nunes Gomes, Acadêmico Iuri de Almeida Costa. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 4.** APRECIAÇÃO DA ATA DE REUNIÃO CONSUN 04/2025 (3369919) - A Senhora Presidenta informou que a ata havia sido enviada juntamente com a convocação e que não havia recebido pedidos de alteração. Sendo assim, colocou a Ata nº 04/2025 em votação, tendo sido aprovada com duas abstenções. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 5.** APRECIAÇÃO DA ATA DE REUNIÃO CONJUNTA - SESSÃO SOLENE 03/2025 (3451913) - A Senhora Presidenta informou que a ata havia sido enviada juntamente com a convocação e que não havia recebido pedidos de alteração. Sendo assim, colocou a Ata de Reunião Conjunta nº 03/2025 em votação, tendo sido aprovada com duas abstenções. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 6.** APRECIAÇÃO DA MINUTA DE RESOLUÇÃO REFERENTE À PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA - PROCESSO Nº 23110.021722/2025-12 - A Senhora Presidenta passou a palavra ao Diretor da Faculdade de Odontologia. O Diretor Otávio Pereira D´Ávila manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia a todos. Nós fizemos uma reorganização no número de departamentos e a criação de uma coordenação clínica, além de uma revisão geral e modernização do nosso texto de regimento que já tinha algumas décadas e já não era suficiente para as novas rotinas administrativas que nós tínhamos na nossa unidade."* Na sequência, a Senhora Presidenta solicitou a leitura do parecer da Comissão de Legislação e Normas. A Professora Inezita procedeu à referida leitura, conforme segue: *"Trata-se de análise e parecer da solicitação de aprovação de proposta de alteração do Regimento da Faculdade de Odontologia inaugurado pelo memorando 56 (3114761). Estão anexados ao processo: A primeira versão da alteração do Regimento (3141929), despacho da PRPPG com sugestões de alteração (3143334) , despacho da PRE com as sugestões de alteração (3201701), foi anexada nova minuta com adequação das sugestões (3208807), o parecer 00240/2025 trouxe a manifestação da Procuradora Federal nos seguintes termos: "Pelo exposto, quanto ao aspecto*

jurídico, esta Procuradoria Federal entende que a minuta de Regimento Interno (SEI 3208807) adequa-se aos preceitos da legislação vigente e, observadas as recomendações e atendidas as condicionantes deduzidas nos parágrafos 20, 34, 35, 42, 43, 45 e 47 supra, manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do feito, dispensada a necessidade de retorno dos autos a esta Casa após o saneamento dos apontamentos." (3238473), O memorando 3252195 informa que as orientações do PFUFpel foram atendidas na minuta 3252191. Houve a observação do Regimento Geral e do Estatuto da Universidade Federal de Pelotas, bem como das normas Constitucionais. Após a análise do processo, entende-se que o mesmo não apresenta violação à norma estatutária, legal ou constituição. Diante disso, a CLN opina pela aprovação." Na sequência, a Senhora Presidenta colocou o seguinte encaminhamento em votação, tendo sido aprovado com cinco abstenções: O CONSUN, considerando o Parecer 21 (3327835), da Comissão de Legislação e Normas - CLN, aprovou a Minuta de Resolução referente à Proposta de atualização do Regimento da Faculdade de Odontologia, conforme o documento SEI 3252191. Após dezenove minutos de reunião, a Senhora Presidenta pediu licença, às nove horas e onze minutos, para interromper aquela reunião e iniciar a segunda reunião do dia, que estava convocada para as nove horas, em função da necessidade de quórum, pois a pauta tratava de um pequeno ajuste na estrutura que havia sido aprovada no início do ano anterior. Às nove horas e vinte minutos a Senhora Presidenta retornou à pauta da reunião, passando à apreciação do **Item 7.** APRECIAÇÃO DA MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE ESTABELECE BASES PARA POLÍTICA DOS MUSEUS, PROCESSOS E ACERVOS MUSEOLÓGICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - PROCESSO Nº 23110.020627/2024-11 - A Senhora Presidenta solicitou a leitura do parecer da Comissão de Legislação e Normas. A Professora Inezita procedeu à referida leitura, conforme segue: *"Trata-se de análise e parecer da solicitação de apreciação da Política dos Museus, Processos e Acervos Museológicos da Universidade Federal de Pelotas. Considerando a inclusão do documento Minuta Readequada (3430245), ratificamos o Parecer 16 (3129835). Estão anexados ao processo: a) Portaria da Comissão Instituída para elaboração (3080285); b) Acórdão do TCU (2956686); c) Parecer favorável da Procuradoria Jurídica (3097484); d) Aprovação do Pró-reitor de Extensão e Cultura (3121535). Após a análise do processo, entende-se que o mesmo não apresenta violação à norma estatutária, legal ou constituição. Diante disso, a CLN opina pela aprovação."* A Senhora Presidenta passou a palavra à Professora Noris Mara Pacheco Martins Leal para que relatasse o processo de elaboração da minuta. A Professora Noris manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia a todos e todas. Esse é um trabalho bastante longo e ele surgiu a partir do acordo 1243 de 2019 do Tribunal de Contas da União, que aconteceu a partir do incêndio do Museu Nacional. Então os museus e acervos museológicos não eram reconhecidos pelo MEC, infelizmente precisou de uma tragédia para que o MEC, a partir de um movimento do TCU, se movimentasse. E, a partir deste dado, a universidade, como tem a terceira rede de museus federais, é reconhecida nacionalmente, para quem não é da área, a nossa rede é bastante reconhecida. Começamos a trabalhar, até nos adiantando um pouco às exigências do MEC e do TCU, que agora, neste ano, está começando um trabalho de exigir das universidades e do MEC a proteção a esses acervos universitários. Então, baseados no que está no acórdão, que é a obrigação do MEC e das universidades cumprir. E no próprio regimento da rede, nós desenvolvemos essa política para que a gente possa proteger os nossos acervos universitários. A rede estava com 21 acervos, agora aumentando, porque foram criados outros acervos, e também a gente regulamenta a criação de acervos na universidade, que é uma coisa importante, que a gente até então não tinha, então a gente regulamenta como que se cria essas instituições que a universidade vai ser obrigada a dar conta, a partir de agora. Inclusive, uma notícia que eu recebi do MEC, agora, neste ano, o Tribunal de Contas está fazendo um piloto de*

controle em cinco universidades brasileiras, é uma universidade por região. Então, a gente está se adiantando em relação a isso. Com qualquer dúvida que vocês tenham em relação ao documento, foi uma comissão de vários técnicos, professores e alunos que trabalharam nesse documento, que foi apresentado a vocês." A Senhora Presidenta colocou a palavra à disposição dos Conselheiros. Não havendo manifestações, colocou o item em votação, sendo aprovado, por unanimidade, o seguinte encaminhamento: O CONSUN, considerando o Parecer 27 (3545754), da Comissão de Legislação e Normas - CLN, aprovou a Proposta de Minuta de Resolução que Estabelece bases para Política dos Museus, Processos e Acervos Museológicos da Universidade Federal de Pelotas, conforme o documento SEI 3430245. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 8.** APRECIAÇÃO DA MINUTA DE RESOLUÇÃO REFERENTE À PROPOSTA DE REGIMENTO DO MUSEU DIÁRIOS DO ISOLAMENTO - MUDI / ICH - PROCESSO Nº 23110.035455/2025-61 - A Senhora Presidenta passou a palavra à Professora Noris Mara Pacheco Martins Leal para que relatasse o processo de elaboração da minuta. A Professora Noris manifestou-se informando que estava representando o professor Daniel, diretor, e esclareceu que se tratava de uma readequação ao regimento já aprovado anteriormente pelo CONSUN. Relatou que a necessidade de ajuste surgiu em razão de o museu ter sido criado durante a pandemia, com missão inicialmente vinculada à temática da COVID-19 e ao enfrentamento do negacionismo, tanto em relação à pandemia quanto à ciência. Explicou que a proposta consistia em uma atualização pontual da missão do museu, com o objetivo de ampliar sua atuação a partir das experiências decorrentes daquele período, mantendo-se, portanto, como uma alteração específica no regimento já aprovado. Na sequência a Senhora Presidenta colocou a palavra à disposição dos Conselheiros. Não havendo manifestações, colocou o item em votação, sendo aprovado com três abstenções, o seguinte encaminhamento: O CONSUN, considerando o Parecer 2 (3663094), da Comissão de Legislação e Normas - CLN, aprovou a Minuta de Resolução referente à Proposta de Regimento do Museu Diários do Isolamento - MuDI, do Instituto de Ciências Humanas (ICH), da Universidade Federal de Pelotas, conforme o documento SEI 3314733. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 9.** APRECIAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUACÃO *LATO SENSU* EM COMPUTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - PROCESSO Nº 23110.006327/2025-18 - A Senhora Presidenta solicitou a leitura do parecer da Comissão de Legislação e Normas. A Professora Inezita procedeu à referida leitura, conforme segue: *"A Comissão de Legislação e Normas recebeu para análise o Projeto Pedagógico do Curso e o respectivo Regimento, referentes à proposta de criação de Curso de Especialização na modalidade a distância, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O processo foi inaugurado pelo memorando 24 (2964703) , foram também anexados os programas analíticos das disciplinas (2968587, 2968714, 2968727, 2968733, 2968736, 2968738, 2968744, 2968748, 2968750, 2968753, 2968754, 2968755) anexada a ata de aprovação do Conselho do CDTec (2992327). Processo foi encaminhado a Seção de Políticas Institucionais para EaD que emitiu parecer 24 (3034237). Os documentos foram anteriormente submetidos à apreciação técnica, ocasião em que foram apontadas adequações e ajustes necessários quanto a aspectos formais, legais, regimentais e pedagógicos, conforme memorando 52 (3045147), bem como foi anexado o Projeto Pedagógico atualizado (3096185). Foram anexados novos programas analíticos das disciplinas com as alterações solicitadas pelo despacho do núcleo de Pós-graduação (3140515) bem como nova versão do PPC e do Regimento (3199067) (3199073). Foi emitido parecer técnico do Coordenador do Curso de Especialização em Ensino de Filosofia com sugestões e alteração, que foram atendidas conforme despacho do CDTec (3399775),restando aprovado pelo Coordenador do Curso de Especialização em Ensino de Filosofia (3511174). Restou aprovado também pelo Núcleo de Pós-Graduação (3528480), sendo aprovada pelo COCEPE em 18 de dezembro de*

2025 o parecer da referida comissão de Pesquisa e Pós-Graduação.(3566306). Após a devolutiva, a unidade proponente apresentou nova versão do Projeto Pedagógico e do Regimento, contemplando integralmente as recomendações formuladas, conforme verificado na presente análise. A Comissão constatou que: O PPC está em conformidade com a legislação vigente e com as normas institucionais. Foram devidamente incorporados todos os ajustes anteriormente propostos, sanando inconsistências formais e adequando os documentos às exigências legais e regimentais pertinentes à oferta de curso de pós-graduação lato sensu. Dessa forma, a proposta atende às normas institucionais e à legislação aplicável aos cursos de especialização, apresentando consistência pedagógica, viabilidade acadêmica e regularidade normativa. Diante do exposto, a Comissão de Legislação e Normas manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto Pedagógico e do Regimento, opinando pela criação do Curso de Especialização, nos termos apresentados na versão final que contempla todos os ajustes anteriormente indicados." A Senhora Presidenta colocou a palavra à disposição dos Conselheiros. Não havendo manifestações, colocou o item em votação, sendo aprovado, por unanimidade, o seguinte encaminhamento: O CONSUN, considerando o Parecer 4 (3666136), da Comissão de Legislação e Normas - CLN, aprovou a criação do Curso de Pós-Graduacão Lato Sensu em Computação na Educação Básica na Modalidade a Distância, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 10.** APRECIAÇÃO DA APROVAÇÃO *AD REFERENDUM* DA CRIAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO – GEPEM, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - PROCESSO Nº 23110.025707/2025-43 - A Senhora Presidenta solicitou a leitura do parecer da Comissão de Legislação e Normas. A Professora Inezita procedeu à referida leitura, conforme segue: *"Trata-se de análise e parecer da solicitação de aprovação de proposta de Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública de Ensino médio, GEPEM, com a respectiva criação do referido curso, inaugurado pelo memorando 39 (3146707). Estão anexados ao processo: A Declaração que informa a aprovação pelo Departamento de ensino (3099093), informa também a aprovação do Conselho Departamental (3091468), o memorando 48 (3218179) informa uma nova versão do PPC com a atualização do Fluxograma apresentado na primeira versão, o despacho 3232441 informa nova aprovação do Conselho Departamental conforme Ata (3277817), como também a aprovação do Regimento do GEPEM (3277903), anexado também o Regimento do GEPEM (3282659), parecer favorável do NUPED (3282859), designação do TAE ligado a SPIEAD para analisar o Projeto Pedagógico em tramitação (3289245), anexado o parecer 32 (3394325), anexados memorandos 61 (3322185) e 62 (3330127) trazendo as alterações sugeridas no parecer da SPIEAD, processo encaminhado a ESPEDAMBIENTAL para parecer (3333559), que emitiu parecer favorável (3337719), processo encaminhado à Câmara de Pós-Graduação Lato Senso (3338313), obteve parecer favorável à criação do curso (3338427), encaminhado a CPPG o processo teve parecer favorável (3352587), processo encaminhado ao COCEPE foi aprovado ad referendum a criação do GEPEM (3357985). Houve a observação do Regimento Geral e do Estatuto da Universidade Federal de Pelotas, bem como das normas Constitucionais. Após a análise do processo, entende-se que o mesmo não apresenta violação à norma estatutária, legal ou constituição. Diante disso, a CLN opina pela aprovação."* A Senhora Presidenta colocou a palavra à disposição dos Conselheiros. Não havendo manifestações, colocou o item em votação, sendo homologada a aprovação, *ad referendum* do Conselho, da Criação do Curso de Especialização em Gestão da Escola Pública de Ensino Médio – GEPEM, da Universidade Federal de Pelotas, constante no SCS Encaminhamento CONSUN 3367491. Na sequência, a Senhora Presidenta passou à análise do **Item 11.** APRECIAÇÃO DA MINUTA DE RESOLUÇÃO REFERENTE À PROPOSTA DE POLÍTICA

CONTRA VIOLENCIAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - PROCESSO Nº 23110.041446/2025-17 - A Senhora Presidenta solicitou a leitura do parecer da Comissão de Legislação e Normas. A Professora Inezita procedeu à referida leitura, conforme segue: *"Trata-se de apreciação, por esta Comissão de Legislação e Normas, da minuta de Resolução proposta pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Pelotas, que dispõe sobre a Política Institucional "Bem Viver UFPel: Prevenção e Combate às violências". O processo foi inaugurado pelo memorando 195 (3442617), com a cópia da resolução (3446915), encaminhado à Procuradoria Jurídica da UFPel, a qual emitiu o Parecer nº 00397/2025, apresentando recomendações e ajustes de natureza jurídico-formal e material. (3473555). Conforme documentação anexada ao processo, especialmente o texto final revisado (3520918), verifica-se que as adequações indicadas pela Procuradoria Jurídica foram devidamente incorporadas à minuta submetida à deliberação. Após análise comparativa entre a versão originalmente submetida à Procuradoria Jurídica e o texto final revisado, constata-se que: Foram atendidas as recomendações quanto à técnica legislativa, com aprimoramento da redação normativa, conferindo maior clareza, precisão e segurança jurídica ao texto; Foram ajustadas disposições relativas à competência administrativa, de modo a assegurar aderência à estrutura organizacional e às atribuições regimentais; Foram sanadas inconsistências formais apontadas no parecer jurídico, especialmente no que se refere à fundamentação normativa e à harmonização com a legislação federal aplicável; O texto final observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem a Administração Pública. Dessa forma, não se identificam óbices de natureza jurídica ou regimental à aprovação da Resolução proposta pela PROAFE, considerando que as exigências e recomendações constantes do Parecer nº 00397/2025 foram devidamente contempladas. Ante o exposto, a Comissão de Legislação e Normas manifesta-se favoravelmente à aprovação da minuta de Resolução apresentada pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAFE), uma vez que: Foram integralmente atendidas as recomendações constantes do parecer da Procuradoria Jurídica; O texto encontra-se em conformidade com o ordenamento jurídico vigente e com as normas internas da Universidade."* Na sequência, a Senhora Presidenta informou a presença do Secretário Municipal de Igualdade Racial, Júlio Domingues, convidando-o a compor a mesa. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra a Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade, Claudia Daiane Garcia Molet, para que relatasse o processo de elaboração da minuta. A Pró-Reitora Claudia Daiane manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia, então, a todas as pessoas. É uma alegria muito grande poder estar aqui, acho que neste dia histórico, para a gente apreciar a nossa política institucional Bem Viver. Eu gostaria de chamar aqui comigo, por favor, duas estudantes que estiveram nessa construção, entre as várias pessoas que compuseram os nossos GTs, a Jana e a Isadora, por favor, para poder acompanhar aqui. E eu fiz uma apresentação para poder falar um pouco de como surge a construção dessa política, como se desenvolveram os nossos grupos de trabalho. Bom, política institucional Bem Viver da UFPel, prevenção e combate às violências. Esse termo Bem Viver vem dos movimentos sociais latino-americanos e a gente pensa muito sobre isso, porque é uma política que foi construída durante todo o ano de 2025, a partir principalmente de vários movimentos sociais dentro da UFPel e porque nós queremos uma instituição que combata todas as formas de violência, preconceitos, discriminações e que nós tenhamos uma UFPel democrática, uma UFPel acolhedora e que a gente possa se sentir pertencente dentro dessa instituição. Não sei quem é que está passando. Pode passar, por favor. Bom, uma coisa que é importante falar é que esse movimento da criação dessa política surge ainda dentro da Coordenação de Diversidade e Inclusão, antiga CODIN, quando nós começamos então a pensar em estratégias para combater*

e prevenir de fato as várias violências, porque a gente sabe o quanto nós temos várias ouvidorias, várias pessoas que vão para as redes sociais e muitas que a gente nem sabe que existem, porque as pessoas ou não sabem que têm a ouvidoria ou têm medo dessas consequências. Então, no ano de 2024, a gente começou a conversar em especial com duas instituições, a UFSC e a UFOP, no sentido de a gente conseguir articular e entender como essas instituições, que têm ouvidoria feminina ou que têm, no caso da UFSC, um setor de acolhimento às vítimas, estavam trabalhando e quais os documentos que elas tinham. E a gente mapeou também várias outras instituições que têm esse documento. Importante falar que o nosso documento é pioneiro. Acho que isso é muito importante falar. A gente teve agora há pouco o Ministério das Mulheres, com uma articulação para a criação de uma política de combate às violências contra as mulheres para todas as instituições de ensino superior. E, quando a gente vê os pontos que o Ministério das Mulheres apontou, são os pontos que foram construídos dentro da nossa política. E nós não temos somente de mulheres, a gente tem de racismo, que outras instituições têm, mas um documento que tenha antirracismo, anticapacitismo, anti-LGBTQIA+fobia, anti-etarismo — faltou um, anticapacitismo, enfim, faltou um. São cinco, é inédito, é pioneiro. E a gente sabe o quanto a UFPel tem muito para avançar, mas o quanto a UFPel é referência quando o tema é ações afirmativas, não somente aqui no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. Então acho que isso é muito importante falar. A gente trouxe o Lucas em dois momentos, ficou ruim agora aqui de ver, e infelizmente foram dois momentos, em novembro, de eventos esvaziados. A gente ficou muito triste porque a gente tinha articulado com ele dois eventos que a gente fez online para conversar com ele, para entender as formações, e dois eventos presenciais aqui na UFPel: um para pessoas servidoras e um aberto ao grande público. E com a Flávia Massimo, da UFOP, a gente conversou online com ela várias vezes. Ela se coloca ainda hoje muito à disposição para a gente entender como lá eles construíram um espaço de acolhimento às vítimas, muito parecido com o que nós criamos aqui. Ocorre que, lá no começo da PROAFE, a gente teve um boom de vários casos, principalmente sobre racismo. Estou chegando das férias do carnaval, a voz está... desculpa. A gente teve vários casos de racismo que foram denunciados, e parecia, em um certo momento, que nós não estávamos fazendo nada. Mas nós estávamos, sim, porque a gente vinha construindo isso desde 2024, quando eu apontei, e várias outras ações dentro da UFPel, como, por exemplo, o ciclo antirracista. Mas ocorre que a gente também estava se organizando administrativamente enquanto uma nova pró-reitoria. O que a gente fez foi antecipar algo que a gente já tinha planejado dentro da nossa PROAFE, que era articular com os movimentos sociais grupos de trabalho para a gente enfrentar os vários temas que a gente precisa urgentemente aqui na UFPel. Então, lá naquele caso em específico de um motorista terceirizado, de um caso específico de racismo, a gente se juntou e nós decidimos que nós iríamos construir protocolos de combate à violência, não somente para racismo, porque o movimento negro ensina que nós devemos combater todas as violências. E a gente assumiu essa responsabilidade. Infelizmente, acho que isso é muito importante falar, nós não fomos — não nos deram crédito, muitas vezes. Houve vários discursos de que os protocolos estavam prontos, que a gente estava chamando somente para constar. Mas o nosso trabalho durante todo o ano de 2025 mostrou que a gente estava pronta, na verdade, para começar essa etapa, com alguns métodos, com algumas possibilidades, mas que os grupos teriam essa autonomia de construir essa política. Esse foi um vídeo que foi amplamente divulgado. Pode baixar um pouquinho, Nora, por favor. Teve mais de 44 mil visualizações, 1.457 curtidas, enfim, dentro do canal da UFPel, que nós falávamos daquele caso específico do motorista e convidando para o primeiro encontro de combate e

prevenção às violências na UFPel, realizado no dia 28 de fevereiro, que foi um movimento muito importante e que nós ficamos muito felizes de ver o auditório lotado com várias representações e vários coletivos dentro da UFPel, de Pelotas, de docentes, técnicos, e foi muito importante porque as pessoas confiaram nesse chamado que a gente fez. Nora, por favor. Aqui também uma outra notícia, falando sobre esse encontro realizado no Anglo, dia 28 de fevereiro. O link para a carta convite também, que está aqui. Onde a gente apresentava a PROAFE, as coordenações, o nosso papel de combate às violências, e a gente convidava, então, dia 27 de fevereiro, às 19 horas no campus Anglo, um calor imenso fazia, que a gente teve que acabar um pouco mais cedo, mas foi muito importante porque a gente teve, como eu falei, muitas apresentações. Aqui uma nota da gestão, também convidando para o encontro, falando em específico sobre os casos de racismo, mas sempre com esse olhar que eu falei que nós tivemos de combater todas as formas de violência e de uma construção que já vinha anteriormente. Aqui nós temos, então, uma notícia do nosso encontro aqui, as várias pessoas que participaram, um convite específico em Libras, que foi feito para o GT Anticapacitista para a primeira reunião em 13 de março de 2025. Então a gente teve o primeiro encontro em fevereiro e de março até final do ano passado, nós estivemos debruçados em pensar ações, sanções, estratégias, a sala de atendimento às vítimas, articulada, portanto, com toda a instituição, porque não é uma política da PROAFE, mas uma política institucional. Aqui uma notícia da prefeitura, que o secretário esteve junto conosco também, e foi muito importante, porque várias pessoas se pronunciaram nesse momento e a partir desse encontro foi levado também para dentro dos GTs. As inscrições dos GTs foram feitas nesse momento e amplamente divulgadas e foram feitas no e-mail da PROAFE. Todo mundo que se inscreveu, que mandou e-mail, fez parte. A gente não colocou nenhum limite de data. Algumas pessoas chegaram em abril, maio e junho e participaram ativamente também, porque a nossa ideia não era limitar, mas entender que esses vários olhares eram muito importantes para a construção da nossa política. Aqui tem mais uma notícia dentro da PROAFE, aqui alguns coletivos que participaram, portanto, dessa reunião, Iudete Bahia, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, as representações de deputadas, a Secretaria de Igualdade Racial das Mulheres, o gabinete da vice-prefeita, o coletivo PCD de doenças raras, enfim. E foi muito importante, como eu falei, porque a gente conseguiu articular nesses GTs a comunidade da UFPel e de Pelotas articulando também, porque quando a gente pensa em combater essas violências, a gente articula também com a prefeitura, muita gente conversou com o Júlio também, que participou também dos GTs, não somente ele, como outras pessoas também. Aqui então, como eu falei, o nosso auditório cheio, dia 27. E aí tem várias fotos, podem ir passando, por favor. Aqui a gente também divulgou, dentro do boletim de gestão, a construção dos protocolos dos cinco GTs, portanto, e aqui é uma reunião específica do GT anticapacitista. Aqui na Rádio Com também, divulgando a nossa reunião e também o e-mail da PROAFE para inscrição. A gente teve tanto inscrição de pessoas da UFPel, quanto fora também. Algumas acabaram não entrando na portaria, que eu vou mostrar pouco, por opção, porque entenderam que participaram pouco, mas a gente entende, e a gente agradece muito quem, de certa forma, participou lá do encontro, que participou dos GTs, porque todo esse movimento foi muito importante. Aqui são algumas reuniões ao longo de 2025, de vários GTs. A Isadora, que está aqui conosco, inclusive. Pode ir passando, por favor. E aqui a portaria. A portaria, a gente foi emitir ela, não vou ter certeza agora, mas acho que foi em junho ou julho, porque a gente queria, ficou pequeno ali, não lembro agora, em maio, e depois a gente ratificou ainda em setembro, no sentido de a gente esperar quem estava chegando, para poder compor, então aqui a gente tentou, ficou bem pequeno, cada um tinha uma coordenação. Agradecer

muito as pessoas que se colocaram à disposição de poder seguir à frente, para poder pensar as reuniões que foram presenciais, que foram online, a gente tentou fazer tarde, noite, enfim, para poder compor mesmo esse documento, que era uma novidade para todo mundo que estava participando, de como a gente ia fazer essa articulação com cinco grupos diferentes que estavam pensando cinco tipos de violência e que iam compor um único documento. Aqui mais outros GTs, do capacitismo e do racismo. Aqui, em julho, a gente fez uma reunião com as coordenações. O momento, então, que cada coordenação levou o que havia produzido de conceitos, de ações, de estratégias, de sanções. E a gente conversou, porque a gente percebeu que esses GTs estavam muito articulados, embora que estivessem sozinhos, trabalhando de forma conjunta em cada um, porque o que um apontou para o racismo, a gente poderia utilizar para todas. Então, a gente fez um exercício de escutar cada uma das coordenações e entender como que, a partir de cada movimento, a gente poderia fazer um único documento. Foi muito rico, porque a gente viu que havia muita coisa em comum e alguns itens que eram específicos, por exemplo, no GT Mulheres, veio o âmbito da UFPel. E o âmbito da UFPel? O que é o âmbito da UFPel? Vale para todas as violências. Então, a gente articulou tudo isso e, a partir desse movimento, a Renata, que está aqui, que é nossa coordenadora de acessibilidade, a Jana Neves, que é coordenadora agora da Coererna, da Coordenação de Relações Étnico-Raciais, eu, o César, que está aqui conosco, a gente articulou o documento. Passamos um pente fino para dar uma cara de documento agora de o que, então, a gente vai usar para todas as violências, o que é específico. E, depois disso, a gente fez uma nova reunião com esses GTs para levar esse novo documento. Esse novo não, mas esse documento articulado agora com uma única linha de pensamento para discutir. Até porque também é muito importante falar que é o nosso primeiro documento e, como qualquer política, a gente vai ter que acompanhar e revisar. E que tinham ações que, para aquele documento, não cabiam. O que não quer dizer que nós não tenhamos que avançar em outros espaços sobre aquelas questões. E, também, que a gente precisa pensar no nosso próprio regimento, também, que nos limita em muitas questões, como a própria resolução que está sendo apresentada apontou. E aqui, acho que está acabando o meu tempo, brevemente, vou falar um pouco dessa metodologia. Então, foram os cinco GTs. A gente levou para aquela reunião do 27 de fevereiro os cinco GTs. E a gente deixou em aberto o caso. Quem estivesse naquele espaço considerasse importante a gente pensar em outro grupo de trabalho. Mas acabou que ficamos com os cinco GTs, porque dá conta das várias violências que, dentro de cada um, ainda vai se desdobrar. E aí, combinamos, então, de pensar em conceitos. Nomear, então, cada violência, até para a gente não ter uma banalização de que tudo é violência. E, com isso, a gente também se perder. Então, nomear. Então, tem uma parte, como vocês viram, que tem vários conceitos de cada uma das violências e os vários conceitos que existem em cada um desses grupos. As ações para todas as violências e ações específicas para cada uma delas. A sala de acolhimento às vítimas, que é o que a gente tem a sala hoje. Nós temos duas enfermeiras que estão lotadas. A sala que está articulada, como eu falei, com a UFSC. A gente pensou com a UFOP. E com a nossa experiência também, porque a gente vinha fazendo já acolhimentos dentro da instituição, embora não tendo esse espaço. E as sanções. Como pensar com as limitações que a gente tem do nosso regimento, como eu falei, com a legislação. Quais as possibilidades que a gente tem. Porque, ao fim e ao cabo, a gente sabe que a vítima de violência quer ser ouvida, ela quer ser validada na sua dor. E a gente quer, sim, que as pessoas sejam punidas. Então, a nossa preocupação, quando a gente fez esse documento, não era um documento para constar. Era um documento que fosse, de fato, histórico, importante. E que, na prática, ele funcionasse.

Embora, como eu falei, na prática a gente possa perceber que a gente vai ter que ajustar como qualquer outra política. E, por isso, a gente manteve, inclusive, diz dentro do nosso regulamento, que os grupos de trabalho permanecem para acompanhar e para aprimorar. Então, quem não participou, porque a gente sabe também que a gente tem tanta demanda que a gente não dá conta de conseguir participar de tudo. Então, quem não conseguiu participar, fica aqui o convite. Porque os GTs, eles seguem e seguem sempre abertos. É só enviar e-mail, estar na PROAFE também. E a gente vai continuar, portanto, esse aprimoramento, o acompanhamento da política. Bom, com esse conteúdo num único documento, a gente articulou e revisou com os GTs e com as pró-reitorias. Porque a gente percebeu que dentro dos GTs, às vezes, o que estava se propondo para ser uma iniciativa já existia. O que precisava era, por exemplo, aprimorar. Então, a gente viu o que nós temos, de fato, para cada uma delas. E depois a gente passou pela Procuradoria Jurídica, onde a gente teve, portanto, que adequar ao que existe de normas e de legislação. Bom, o documento está aí. Eu fico muito feliz mesmo de poder estar hoje. A gente batalhou muito, com certeza, desde a época da CODIN, para que a gente pudesse ter políticas efetivas dentro da UFPel, de combate a todas as formas de violência. Muitas pessoas que estão aqui participaram também. Então, isso foi muito importante. Quem não participou há tempo, sim, de participar dos nossos grupos de trabalho. Porque a gente acredita muito na construção coletiva. Muito de que a gente só vai conseguir transformar essa instituição em um local de bem viver se a gente trabalhar coletivamente, junto com os movimentos sociais, junto com estudantes, junto com pessoas técnicas, com docentes, com a comunidade de Pelotas, articulado com outras instituições, para que a gente possa combater, de fato, todas as formas de violência. E volto a falar, para finalizar, que é um documento histórico. Se a gente pesquisar agora no Google quais as instituições que têm esse tipo de documento, não tem. E aqui eu não estou falando para poder vangloriar a PROAFE, embora ela é um feito, mas dessas pessoas que construíram, que tiveram e que vão estar conosco ainda. Porque esse trabalho é de quem acreditou na PROAFE, de quem acreditou no nosso trabalho e que acreditou que a gente está aqui mesmo para fazer e para mudar a nossa instituição dentro das nossas limitações. Muito obrigada." Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra a discente Jana, para que relatasse o processo de elaboração da minuta. A aluna Jana manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia a todos. Eu sou a Jana, eu sou aluna do curso de Artes Visuais Licenciatura e estou aqui representando o coletivo PCD da UFPel. Nós fizemos parte da primeira reunião quando teve o caso de racismo que foi relatado, e nós fomos convidados para estar presentes construindo esse protocolo anticapacitismo. E nós achamos muito importante esse convite, e óbvio que a gente foi em todas as reuniões e tentou contribuir da melhor forma possível. A gente, enquanto coletivo, o que a gente faz é tentar acolher os estudantes, porque a UFPel é muito grande e, às vezes, os alunos não têm informações básicas, não chegam neles todas as informações. Informações, por exemplo, de que existe a classe, informações do que você tem direito. Enfim, a gente faz esse acolhimento e esse acesso à informação. Desde quando entram na UFPel, a gente procura ir nas questões da acolhida dos cursos, participar e falar sobre o coletivo e tentar passar essas informações pelas redes sociais. E a gente ouve, diariamente, muitos casos de capacitismo aqui dentro. E, às vezes, as pessoas têm medo de denunciar para a ouvidoria e elas sentiam falta de: se eu sofrer capacitismo, eu tenho que denunciar para a ouvidoria. Mas o que vai ser feito? As pessoas têm muitas represálias. Então, elas têm medo de denunciar, tinham medo de denunciar e iam acabar sofrendo algum tipo de represália por parte da pessoa que estava fazendo capacitismo com elas. Então, essa política é muito importante, porque os alunos não se sentiam seguros. Era uma coisa que a gente notava. Tipo, eles não sentiam que tinham a quem recorrer. Por*

exemplo, se eu sofrer capacitismo, eu tenho alguém para me acolher, eu tenho alguém para buscar ajuda, eu tenho alguém para me acolher, eu vou receber algum tipo de atendimento para me ajudar nisso. Alguém que vai me acolher de dentro da universidade, que não seja o coletivo. E, com essa política, os alunos estão se sentindo muito mais seguros, sabendo que vai ter uma política, que vai ter um protocolo, que vai ter regras, sanções. É uma política clara, objetiva, direta. Mostra as coisas, mostra o que é violência, o que é considerado violência, cada tipo de violência, quem você pode procurar para receber ajuda, o tipo de atendimento que vai ser recebido. É uma política bem clara. Para a gente, é um orgulho muito grande saber que a UFPel é pioneira nisso, que a UFPel está muito à frente de muitas universidades daqui. E é muito bom para a gente, em termos de qualidade de vida, porque os alunos não se sentem sozinhos nessa situação. É muito difícil, às vezes, não saber a quem recorrer. Você tem as leis que dizem o que é capacitismo, que capacitismo é crime, mas não existe nenhum regimento, entre aspas, que seja claro, objetivo e direto, que diga que tem esse direito, que tem o direito assegurado, eu tenho a quem me acolha, eu tenho a quem recorrer. Enfim, eu queria dar parabéns para a UFPel, para a PROAFE, por essa iniciativa, que é fundamental para a gente. Tem muita gente sofrendo capacitismo diariamente de colega, de professor, e a gente fica meio sem saber o que fazer. Porque são pessoas que estão sem atendimento psicológico, pessoas, às vezes, sem família aqui, sem estrutura. E essas pessoas sofrem uma violência desse tamanho, e elas não têm a quem procurar. Elas se sentem sozinhas e abandonadas. O que a gente pode fazer, a gente faz. Mas a gente não é um psicólogo, a gente não é um profissional. O que a gente pode fazer é tentar abraçar e tentar orientar elas a denunciar. Só que, infelizmente, dali para frente, elas é que decidem. Então, essa política é fundamental. Tenho muito orgulho de dizer que fiz parte da construção e tenho muito orgulho de estar aqui. Muito obrigada pelo convite. Enfim, muito obrigada. Isso é fundamental para a gente. Isso é histórico. E, para a gente, é uma coisa fundamental para a nossa qualidade de vida. Porque não tem como ficar vivendo violência todo dia e aguentando isso o tempo inteiro. É horrível. Não tenho palavras para descrever. E eu quero agradecer. Muito obrigada por terem criado essa política. E muito obrigada por terem convidado a gente. Sempre que precisar, nós estaremos aqui." Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra a discente Isadora Caleiro, para que relatasse o processo de elaboração da minuta. A aluna Isadora manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia, pessoal. Tudo bem? Meu nome é Isadora Caleiro. Eu sou advogada, sou assessora na Secretaria de Igualdade Racial. Também sou mestranda em Direitos Sociais aqui na UFPEL, lá na Faculdade de Direito. E me graduei na Faculdade de Direito também. Ingressei no ano de 2018. Então, é a partir deste local que eu vou fazer a minha fala aqui hoje. Também gostaria de agradecer por ser uma das pessoas escolhidas para defender essa política tão importante e relevante para nós como um todo. Então, como eu disse, eu ingressei na universidade no ano de 2018. A minha turma é uma das turmas com mais pessoas negras, que foi ali o período em que começou a heteroidentificação. Então, foi onde a gente começou a perceber mais a efetividade das ações afirmativas e das cotas raciais. Então, a partir daquele momento, a gente acabou criando um coletivo, que é o Coletivo Negro do Esgama, lá da Faculdade de Direito, para se sentir mais acolhido, se ver um no outro e também ser este espaço de acolhimento para as situações diversas que sempre ocorrem no ambiente universitário, assim como na sociedade em geral. Então, a gente criou o Coletivo Esgama, eu e outros colegas ali em 2018. Eu venho de uma faculdade onde não tem nenhum professor negro em anos de história. Então, naquele momento, a gente não se viu muito acolhido pelos docentes, mas, de qualquer forma, nos reunimos, conversamos e fomos espaço de acolhimento um para o outro. Então, eu acho que essa política é muito importante porque, além de trazer*

conceituações, ações, ela deixa tudo um pouco mais objetivo do que pode ser feito, do que o estudante, os servidores podem receber quando eles enfrentam situações de racismo, capacitismo, homofobia. Então, é importante que a gente pense por esse lado porque é diário. Frequentemente, a gente sofre discriminações, sofre a questão intelectual também, dúvidas em relação às nossas pesquisas, às nossas vontades, à nossa capacidade também, de diversas formas. Professores, servidores duvidam, principalmente de alunos cotistas. Então, eu acho que esse documento vem a partir de um momento que a gente precisa consolidar políticas. Elas precisam permanecer para que a nossa geração futura não passe por questões que gerações passadas e as gerações atuais ainda passam. Então, quando o documento explica o que é capacitismo, o que é racismo e todas as formas de racismo existentes, porque não sei se vocês leram, mas tem isso no documento: racismo institucional, racismo recreativo, racismo cibernético também. A gente consegue ter uma percepção de como isso é vasto e como isso acaba afetando a todos nós, principalmente aos estudantes que às vezes passam por esse momento de não ter um acolhimento. Um outro ponto a partir disso é que a gente percebe como é importante termos pessoas negras nesses espaços, que se preocupam com isso, que percebem isso e trazem isso à tona. Toda essa questão que a gente precisa debater. Então, eu acho que, a partir deste momento, na gestão atual, a gente tem tido um olhar mais atento em relação a essas questões, tanto que a gente vê aí no documento se consolidando. E um outro ponto muito importante é essa questão de reunir diversas minorias em um único documento, a questão das mulheres, a questão de pessoas negras, o capacitismo, a população, o grupo LGBTQIA+. Então, eu acho que o documento traz uma série de pontos, conceituações, ações muito relevantes. Apesar de ser um ponto inicial, como a Daiane estava falando, precisa começar de algum ponto para a gente ir monitorando, avançando e trazer outras iniciativas para tudo isso. E um outro ponto que a colega também fala é como a pessoa, quando ela se vê sendo vítima de algum crime, como racismo dentro da UFPel, como ela fica sem saber o que fazer. E eu acho que esse documento acaba trazendo uma perspectiva para essas pessoas. Lá na Secretaria de Igualdade Racial, a gente tem uma iniciativa de acolher vítimas de racismo. Já não é o primeiro caso, a gente tem mais de um caso lá na Secretaria de pessoas que passaram por racismo no ambiente universitário. Não sabem o que fazer, também sentem esse medo de relatar na ouvidoria, o que vai acontecer quando a pessoa voltar para a aula e o professor ainda estiver lá. Então, eu acho que é a partir dessa visão que a gente vê a importância e a relevância do documento, se colocando no lugar das pessoas, do público que está sendo atendido por essa política. Assim, eu não tenho mais muito o que falar ainda da minha experiência dentro da universidade e de perceber como isso é importante e como essa política vem de uma luta muito grande dos coletivos, dos movimentos sociais. Porque é importante a gente ter essa percepção de que nada vem do nada. Tudo vem a partir de uma luta, a partir de questionamentos, a partir de pessoas que não se contentam com apenas aquilo que é dado. Então, esse é um momento muito importante, eu me sinto muito feliz, de verdade, de fazer parte disso. Lá em 2018, quando eu ingressei na faculdade recente, tinha feito 18 anos, eu não imaginava estar aqui hoje. Também não imaginava que teria um documento desses com tanta relevância para a nossa universidade. E também acaba sendo referência para as outras instituições, para o nosso país como um todo, a partir do momento que as pessoas vão ver, vão pesquisar que existe e ele pode, inclusive, ser aplicado em outras instituições. Então, eu acho que, a partir disso, é importante se entender as constituições presentes no documento, entender como é a vida de pessoas negras e outras minorias dentro da universidade e ter essa percepção. Além desse ponto de pessoas, o público-alvo atendido pela política se sentir mais

acolhido verdadeiramente. Pensar nessa questão, não apenas do ingresso, mas também da permanência de alunos dentro da universidade, que é um outro ponto muito, muito importante. Porque eu acredito que permanecer é mais difícil do que ingressar. E ainda mais para as minorias que são atendidas por essa política. Então, eu acho que esse documento vem com uma forma de permanência também e ele vai ser muito relevante para nós, para nossas gerações futuras, além de servir como modelo para outras instituições e de ajudar também outras pessoas. Obrigada. Bom dia a todos e todas." Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao Secretário Municipal de Igualdade Racial, Júlio Domingues. Júlio manifestou-se da seguinte forma: *"Vou me apresentar, para quem não me conhece, sou Júlio Domingues. Por formação, sou professor de Sociologia, formado nessa universidade em 2010. E, atualmente, estou Secretário Municipal de Igualdade Racial de Pelotas. Uma secretaria que existe há pouco mais de um ano e uma das poucas do país, inclusive com essa característica, Secretaria Municipal de Igualdade Racial, a única na região sul do país. Satisfação estar aqui nesse momento, saudar a nossa reitora, nosso pró-reitor. Saudar a pró-reitora Daiane Molet, em nome dela. Saudar todo mundo que participou desse processo de construção. Saudar também as duas jovens que me antecederam. E, sobretudo, este momento. Fazer uma grande reverência a este momento, que é um momento de fato, um momento histórico. Durante a apresentação, eu lembrava de uma reunião que eu tive no ano passado do secretariado municipal, e eu, na minha fala, exaltei algo que aqui também se mostra, que talvez seja algo para ser estudado, de uma característica da cidade de Pelotas, que é essa ânsia pelo pioneirismo. Essa ânsia para construir eventos, atividades que sejam de referência nacional. E, mais uma vez, nós estamos vivendo um momento que tem esse símbolo, esse significado não só simbólico, mas prático. De construir um documento, numa perspectiva de combate às opressões, dentro de uma universidade pública, é um documento que é pioneiro, que não tem em outras universidades. Falo especificamente da questão étnico-racial, como secretário de Igualdade Racial, porque, como bem disse a minha colega Isadora, nós, enquanto secretaria, recebemos alguns casos de violência racista que aconteceram com vítimas que pertenciam a essa universidade. E, obviamente, nós demos o encaminhamento daquilo que é de acordo com a atuação da Secretaria, mas a gente sempre sentia essa necessidade de que também a universidade se ocupasse dessa demanda. Sabíamos, e nós participamos, que a universidade estava construindo esse protocolo, para dizer assim, e estamos satisfeitos que, neste momento, temos esse momento, estamos presenciando este evento, que é um evento histórico. Eu costumo fazer muitas atividades para falar sobre o processo de racismo na sociedade brasileira, e sempre gosto de fazer com que a gente... Talvez tenha alguns casos que sejam mais fáceis de identificar uma agressão racista. Nós estamos, inclusive, sendo noticiados um evento que acontece de forma recorrente, e aconteceu agora mais uma vez com um jogador de futebol, Vinícius Júnior, no estádio de futebol, enfim. Que é uma violência, uma agressão mais nítida, digamos assim. E tem outras coisas que talvez a gente também consiga identificar de forma mais fácil, como a agressão que acontece recorrente com jovens negros por parte das forças de segurança. À medida que fui construindo falas em relação ao processo das atividades da Secretaria, eu formulei a seguinte questão. A gente tem uma música do Paralamas do Sucesso que fala o seguinte, a polícia apresenta suas armas. E, quando a gente está falando de racismo, cada instituição, cada órgão, cada elemento da nossa sociedade vai apresentar suas armas, de maneiras de acordo com as suas especificidades. Quando eu falo sobre racismo e a polícia apresenta suas armas, apresenta daquilo que a gente consegue identificar, a violência de forma contundente e exagerada das forças policiais, direcionada à população negra, sobretudo jovens negros e pessoas periféricas. As instituições de ensino também vão apresentar suas armas em*

relação ao processo de exclusão, do racismo, seja propriamente do processo de exclusão, seja o processo de violência, seja o processo de invisibilização, seja no processo de que as pessoas não se sentem pertencentes a determinados espaços e não conseguem ter estímulos para continuarem, seja ainda das violências que acontecem nesses espaços e que são muitas vezes silenciadas ou colocadas para debaixo do tapete. Quando a universidade apresenta uma política para enfrentar essas armas, falei especificamente do racismo, mas avança também em outros combates a outras violências, é um avanço significativo. A gente sabe como toda política proposta certamente vai necessitar de atualizações e parabenizo, porque tem essa proposta de continuação dos GTs para ter um monitoramento contínuo da execução dessa política, isso também é um avanço e tanto, então a gente tem muitos elementos para saudar a iniciativa, mas também a necessidade do compromisso coletivo para que a gente tenha a eficiência de fato dessa política, que todos se comprometam que a gente tenha de fato uma universidade plural, múltipla, que respeite as diversidades. Concluo saudando essa iniciativa e agradecendo por fazer parte deste momento histórico." A Senhora Reitora agradeceu aos colegas e, antes de passar a palavra aos demais membros que desejassem se manifestar, registrou seus agradecimentos aos coletivos, bem como à participação da comunidade interna e externa no processo. A Senhora Reitora agradeceu, de forma especial, à servidora Daiane e à equipe da PROAFE, destacando o envolvimento e a dedicação integral para a elaboração do referido documento. Destacou que o documento produzido apresentava não apenas robustez conceitual, contemplando ações e procedimentos, mas também expressava um compromisso institucional. Ressaltou que o objetivo não seria apenas dispor de um manual orientador sobre como proceder em situações de violência, mas, sobretudo, implementar ações concretas, algumas das quais já se encontram em andamento. Nesse sentido, a Senhora Reitora mencionou a implementação da sala de acolhimento, já em funcionamento, bem como a ouvidoria feminina, que se encontrava em processo de implantação. Salientou ainda a necessidade de amadurecimento das relações institucionais no que se referia à compreensão das diversas formas de violência. A Senhora Reitora enfatizou que não bastava a existência de procedimentos formais, sendo fundamental que a comunidade compreendesse essas questões, promovendo também seu próprio letramento sobre o tema. Destacou, portanto, a importância de oferecer e oportunizar momentos de capacitação e formação para toda a comunidade acadêmica. Por fim, a Senhora Reitora registrou a satisfação e a alegria pela produção do documento. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao conselheiro discente Juliano Oliveira da Silva. O conselheiro Juliano manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia. Eu sou o Juliano, estudante de Museologia. Falo aqui enquanto UDC, enquanto Diretoria Central dos Estudantes. E, para iniciar, seguindo essa linha do quão histórico é o que a gente está fazendo aqui, essa política é um resultado histórico. Um resultado histórico não só do debate mais recente, que teve ultimamente, mas, de fato, do que a gente vive enquanto universidade e enquanto sociedade. Elas não são apenas normas. Elas vão para além disso. Elas são um avanço no processo de, de fato, a gente conseguir responsabilizar quem faz, quem comete essas questões dentro da universidade. Responsabilizar, de fato. Então, essa política também dá nome, de fato, para essas coisas. Então, para esse combate contra a LGBTQIA+fobia, contra o racismo, contra o feminicídio, de uma forma geral, mas contra a violência contra as mulheres, contra o capacitismo e contra o etarismo. Esses cinco pilares que nos estruturam ali enquanto, não queria colocar assim, mas minorias, porque não somos minorias dentro da universidade, mas que a gente possa ter, de fato, esse espaço e ter essa voz. Atualmente, enquanto universidade, a gente tem um grande problema que a gente enfrenta, que é a fragmentação desse serviço. Então, dificulta muito o acolhimento e o encaminhamento, de fato, do que vai acontecer, dessas situações de violência. Então, os estudantes não sabem como denunciar, para onde denunciar, para quem denunciar e também o que vai acontecer, de fato,*

depois dessa denúncia, que já é muito difícil de se fazer, mas o pós, como vai, de fato, acontecer. Então, essa resolução expressa o modelo de universidade que a gente quer, de fato, construir enquanto DCE, enquanto juventude organizada, que seja um espaço acolhedor e também seguro, que segurança também é permanência estudantil, que a gente possa se sentir seguro, de uma forma geral, dentro da universidade, trazendo mais pertencimento. E, de última coisa, é que a gente acredita muito que essa resolução tem que se manter em constante evolução, porque ela é mais um passo dentro das conquistas. Ela não é o primeiro e também não é o último, ela é mais um, então que a gente consiga sempre continuar modificando, ampliando ela, para, enfim, cada vez mais tornar o ambiente, de fato, acolhedor. Obrigado." Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao conselheiro docente Márcio Rodrigo Vale Caetano. O Professor Márcio manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia a todos e todas. Eu sou Márcio Caetano, sou coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação. E o motivo pelo qual eu pedi a fala é para reiterar o pronunciamento que nós tivemos aqui anteriormente, das três alunas, sobretudo, expressando o imenso orgulho de estarem na UFPel e estarmos, nesse exato momento, debatendo um documento dessa grandeza. Quem conhece a pauta, as pautas que envolvem esse documento, sabe da importância que esse documento tem, exatamente porque, historicamente, vivemos neste país o alijamento, a violência, a exclusão de segmentos expressivos da nossa população. E as universidades são corresponsáveis por isso. Então, termos um documento dessa grandeza faz com que, não somente a nossa universidade reconheça a necessidade de que precisa de políticas específicas para o enfrentamento da violência, ela também reconhece que é preciso fazer um debate para a inclusão de segmentos que, historicamente, foram alijados da cidadania. Eu não vou negar para vocês que estou profundamente emocionado, eu sou diretamente vinculado às pautas que envolvem esse documento. Antes de ser professor da Universidade Federal de Pelotas, instituição de que tenho imenso orgulho, eu vim do movimento social LGBTI, onde eu militei durante mais de 15 anos. A minha história não poderia ser contada sem mencionar o movimento LGBTI brasileiro. Para quem não sabe, um dos fundadores do movimento LGBTI brasileiro é de Pelotas, João Antônio Mascarenhas, que, infelizmente, a trajetória histórica da nossa cidade invisibiliza a presença desse sujeito. Eu tenho certeza de que João Antônio Mascarenhas seguramente estaria extremamente orgulhoso da sua universidade, onde ele se formou enquanto advogado e fundou o movimento LGBT brasileiro no final das décadas de 60 e 70. Ele estaria orgulhoso, de alguma forma, de ter contribuído para que estejamos vivendo esse momento na nossa universidade. Eu quero agradecer o trabalho imenso e comprometido da PROAFE, porque não é fácil fazer uma articulação com as agendas dos movimentos sociais, cada uma dessas populações, porque costumamos pensar os alijados da cidadania como se fossem um bloco unitário, e não são. A própria sigla LGBTI, que pensamos como sendo uma única população, são várias populações, e elas têm agendas e reivindicações específicas. Coordenar um debate sobre essas agendas específicas é um imenso desafio. No entanto, essa pró-reitoria assumiu esse compromisso e elaborou esse documento. Esse documento expressa um debate que foi feito nessa universidade. E é preciso reconhecer e parabenizar a equipe. Então, eu quero expressar novamente o meu orgulho e, já de antemão, expressar também o meu voto favorável a esse documento, e espero que esse documento seja aprovado por unanimidade por este conselho, porque ele expressa o compromisso dessa universidade com o enfrentamento à violência LGBTI, racista, capacitista, sexista e tantas outras violências que, infelizmente, ocorrem na sociedade brasileira. Obrigado."* Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra à conselheira discente Isabela Mello Ness. Isabela manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia, pessoal. Então, eu quero começar primeiro parabenizando, de forma especial,*

claro, todos os envolvidos, mas, de uma forma muito especial, por causa do pertencimento às alunas que falaram antes. Enquanto disseram, a gente fica muito feliz, quanto mais alunos têm em todos esses ambientes e mais a nossa representação estudantil consegue ser vivificada nesses espaços, principalmente de luta contra as opressões. Eu pensei ainda, até comentei com os meninos que eu queria falar, porque eu estou na UFPel, entre idas e vindas, desde 2015, quando eu comecei a graduação em Direito. E uma coisa que sempre foi muito clara para mim é que, para além dessas vivências discriminatórias entre os alunos ou para com os alunos, sempre foi muito vista, pelo menos no meu ambiente acadêmico, a questão discriminatória entre professores. Então, a questão de gênero, a questão vivenciada pelas mulheres professoras, sempre foi uma coisa muito evidente para as alunas do Direito. Eu falo desse ambiente que é o que me foi mais presente. Então, quando eu vejo um documento que, para além dessas questões com os alunos, também envolve a categoria dos professores, a categoria dos técnicos e também pensa nos terceirizados, enfim, eu fico pensando o quanto é importante a gente, nas mais diferentes categorias, evidenciar a existência disso. E o quanto essas propostas de capacitação também podem abarcar que essas coisas diminuam, que essas opressões entre todas essas pessoas, todos esses expoentes que estão envolvidos, diminuam. E o quanto isso faz diferença na própria questão da permanência dos alunos. Porque, se eu via, ou se as minhas colegas viam, essas questões de gênero serem tão vivenciadas e tão sofridas por professoras nossas, o que eu achava que ia acontecer se um professor fosse, enfim, cometesse algum desses atos de opressão com uma aluna? Se, entre os próprios professores, pensando nessa questão e pensando nessa hierarquia que, enfim, faz parte do nosso dilema de universidade, pensando que a gente vivenciava isso, presenciava isso de uma forma tão expressiva, o quanto essa vivência com os alunos era mais fragilizada ainda? Então, quando tem a presença desse documento que engloba a universidade como um todo, engloba a sociedade de uma forma mais efetiva, esse medo, esse receio, ele fica realmente menor. E o quanto essa prática pode fazer com que as pessoas vivam melhor. Eu gostei muito, enfim, participo de movimento social, então, esse uso do "bem viver" é muito significativo nesse sentido. Então, o quanto essas medidas abarcam o melhor viver." Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra à conselheira docente Airi Maccias Sacco. A Professora Airi manifestou-se da seguinte forma: *"O Márcio, em um determinado momento da fala dele, disse que estava emocionado de estar aqui. E eu também estou. É a minha primeira reunião como conselheira titular. Eu já estive aqui em outros momentos, mas me mandaram uma foto, agora há pouco, não vou dizer quem foi, mas me mandaram uma foto em que eu estava olhando para o Márcio enquanto ele estava falando. E a mensagem no WhatsApp dizia: "namore alguém que te olhe desse jeito". E a minha resposta foi que essa é a melhor pauta. E a primeira vez que eu estive aqui no CONSUN foi como convidada, na reunião em que foi aprovada a reserva de vagas para pessoas trans em todos os programas de pós-graduação aqui da UFPel. E hoje tivemos... Uma das pautas iniciais foi na reestruturação da estrutura da universidade, porque, como a reitora explicou, o governo federal deu CD2 para que as universidades federais criassem as pró-reitorias de ações afirmativas, e a UFPel já tinha uma pró-reitoria de ações afirmativas. Por que estou trazendo todas essas questões? Porque muito me orgulha, e é isso que me emociona nesse caso, o pioneirismo que a nossa universidade tem tido nos últimos anos em relação às pautas que envolvem as questões relacionadas a direitos humanos. Então, sim, é evidente que temos uma série de problemas ainda, como toda a sociedade tem uma série de problemas, mas eu queria aqui saudar este conselho, que é parte atuante, que aprovou todas essas iniciativas da universidade nos últimos anos, e queria saudar, em especial, a pessoa da nossa pró-reitora de ações afirmativas, que tem uma trajetória fenomenal nessa*

universidade, uma trajetória que nem sempre foi fácil, Daiane, mas que me emociona muito pensar em todas as contribuições que você tem dado para essa universidade nos últimos anos, e, obviamente, que esse é um trabalho coletivo, mas que, se não temos uma figura que puxa, que banca esse lugar, que nem sempre é um lugar fácil de estar — na verdade, acho que nunca é um lugar fácil de estar — isso não iria para frente. Então, queria te agradecer muito por estar nesse lugar e pela apresentação brilhante que você fez dessa política tão importante, e desejar que a gente só continue avançando nesses espaços. É um orgulho fazer parte da UFPel, é um orgulho presenciar esses momentos, de alguma forma poder fazer parte disso. Então, queria agradecer muito pelo seu trabalho, dizer do orgulho enorme que eu tenho de ti, e tenho certeza de que muitas outras pessoas têm também, e eu sei que algumas... que a gente provavelmente ainda tem inscrições, mas o professor Márcio disse que gostaria que a gente tivesse uma aprovação por unanimidade, e, se a gente tiver essa unanimidade aqui na sala, que eu espero que a gente tenha, eu proponho que isso seja feito por aclamação." Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra à conselheira servidora técnico-administrativa Mara Beatriz Nunes Gomes. A conselheira Mara manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia, novamente. Primeiro, eu vou parabenizar a construção na figura da Daiane e dos demais; eu parabenizo os demais colegas que participaram desse processo e aqui faço um registro inicial, colocando que, para além do afeto, das relações de amizade, proximidades que temos, que é muito bacana, a gente tem que fazer algumas construções e algumas digressões que vão para além do caráter, às vezes, meramente simbólico. Eu não vou fazer a leitura integral, já estou com a voz bastante ruim e vou fazer referência aqui. Eu estou como conselheira, mas o Asufpel já havia solicitado a manifestação nesse ponto em alguns ofícios enviados à gestão da universidade. Então, eu faço menção aqui ao Ofício 15.3 de 2025, de novembro de 2024, dirigido à Reitoria, à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade. Nessa situação, a gente estava relembrando especificamente uma situação muito ruim vivenciada dentro da universidade, que foi denunciada pelos coletivos, pelo GT de negros e negras e demais movimentos coletivos, instâncias, movimentos sindicais, em relação ao racismo institucional no estágio probatório. Quando a gente recebeu, como resposta da gestão, no Ofício 571 de 2025, a notícia de que havia uma política de bem-viver e que isso era a resposta, mas não teve o reconhecimento de que aquela situação tonalizava tal violência, a gente sinalizou algumas questões que pensávamos que poderiam contribuir para este protocolo. E enviamos a tempo e modo. Porém, até o momento, a gente não visualizou essas questões incorporadas. E aqui a gente não vai fazer uma discussão sobre as representações, as demais representações. Estamos colocando aqui apenas pautas dos técnicos, que, na concepção da categoria, precisam estar cristalizadas nesse documento. Porque não é possível que uma servidora negra, vamos frisar isso, uma servidora negra do acesso afirmativo, com quase 100% de avaliação positiva, tenha quase sido desligada por uma única avaliação e tenha sido só simplesmente pela força política que essa situação tenha sido alterada. E isso não pode se repetir. Se esta universidade quer dizer que quer construir um outro espaço, essa dimensão de classe, de raça, de gênero, especificamente com a nossa categoria, tem que ser verbalizada. Ela não pode ser colocada para baixo do tapete. E, nesta minuta, não há essa consideração em relação aos técnicos. A gente sinalizou ali algumas questões sobre apuração, reparação e protocolos específicos. E aí eu vou ler só três, que, para nós, são específicos e são inegociáveis, mas que condicionam a nossa aprovação a este documento. Então, a despeito do carinho e pela questão teórica, enfim, relevância das pessoas que solicitam aqui uma aprovação unânime, sem que a gente consiga ver esses elementos incorporados ao texto, nós não temos como, enquanto*

categoria, indicar a aprovação. Então, são elementos que são indispensáveis dentro dessa logística de acolhimento e acompanhamento, que precisa ter a PROAFE como centralidade. Em algumas das normativas, se coloca o gabinete da Reitoria, mas nós temos uma Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade. Ela precisa ter esse protagonismo nessa concepção. Então, alguns dos elementos que precisam, na nossa concepção de classe, de raça, robustecer esse protocolo incidem, basicamente, em revisão das normas do estágio probatório dos TAEs. A gente já teve uma situação muito ruim neste Conselho Universitário, onde uma comissão que tinha o escopo de recriar as normas do processo de avaliação dos TAEs foi criada, produziu um texto; uma das pessoas que era ligada à gestão não concordou com o texto, solicitou, então, um novo texto ao gabinete da Reitoria e, quando a gente chegou aqui, no Conselho Universitário, para fazer a discussão, não era a minuta da comissão, era a minuta unilateral. E, como a gente tinha uma questão de prazo, nós fizemos uma concessão, passou aquela minuta, mas era para ser criada uma comissão para discutir o estágio probatório. E este caso de racismo institucional, que foi denunciado aqui na universidade em relação ao estágio probatório, evidencia a necessidade de que isso aconteça e que a gente revise. Porque este mesmo Conselho disciplinou uma comissão para discutir o estágio probatório dos docentes. Em relação aos técnicos, até hoje, nós estamos pendentes. E essa questão da raça precisa estar presente. Porque não foi uma docente branca, não foi um docente branco, foi uma técnica negra que sofreu essa violência institucional. E a gente não vê nenhuma linha. Por isso, então, que a revisão das normas do estágio probatório, com a presença da CIS, com a presença da representação sindical, tem que cristalizar essas equações para impedir que pareceres, avaliações isoladas, que desrespeitem a trajetória do servidor, que desrespeitem as normas institucionais, possam ser consideradas e as pessoas não sofram esse tipo de violência. Um segundo item, que é essencial, é que a gente tenha um recurso especializado em discriminação. E, quando a gente fala sobre isso, não é colocar qualquer pessoa negra. Porque, imaginem, um negro que mora em Alphaville tem uma concepção de mundo muito distinta de quem mora na Guabiroba e no Pestano. A gente não quer simplesmente colocar uma pessoa negra lá para ser o totem de representação. Ela tem que escutar a nossa violência. E são nos momentos em que nós estamos mais fragilizados: é o estágio probatório, é agora a avaliação por progressão. E eu sinto muito que tem algumas pessoas fazendo cara de riso enquanto a gente fala. Isso demonstra que, às vezes, algumas falas que dizem que são antirracistas não respeitam as nossas concepções, não respeitam a luta antirracista. E é lamentável que algumas pessoas do Conselho Universitário continuem fazendo cara de riso enquanto a gente faz uma manifestação tão importante. Mas isso diz bastante sobre a falta de luta antirracista dessas pessoas. Para finalizar, um outro item que nós já apresentamos também é sobre a necessidade do fim da terceirização da banca de seleção de heteroidentificação dos técnicos. A gente tem uma dualidade na universidade: concurso para docentes é feito pela instituição; para os técnicos, foi terceirizado. E, mais do que isso, a heteroidentificação da UFPel já foi referência nacional, mundial, nesse contexto. E, hoje em dia, o procedimento está terceirizado. E é especificamente em relação aos técnicos. Vocês compreendem a dimensão de classe que está colocada aqui? Além das discussões que possam dizer que é econômica, que é menor despesa, mas isso não pode ser considerado. Então, esses itens que a gente já havia colocado seguem à disposição para dialogar com a PROAFE, com o PROGEP, mas são itens que a gente já havia pontuado e que não reverberaram nesse texto. Então, por isso que a gente não tem como, enquanto categoria, indicar, pelo menos aos representantes dessa categoria, a aprovação unânime desse documento sem que essas questões sejam incorporadas.

Reconhecemos o esforço, reconhecemos a importância histórica, mas a dimensão de classe que está colocada, interseccionada pela raça, não pode ser equalizada. A gente está fazendo uma discussão sobre a democratização dos espaços. Que democratização nós temos nesse espaço aqui? Vamos olhar para ele. Eles representam a sociedade? Nós somos representativos da sociedade? E, mais uma vez, eu lamento que algumas pessoas que estão aqui como conselheiras tenham feito cara de deboche em relação a esses pontos. Isso demonstra uma falta de respeito. Não é com a minha pessoa. Isso demonstra falta de respeito com a pauta que elas dizem defender. Muito obrigada." A Senhora Presidenta afirmou que as questões relativas ao estágio possuíam regulamentação específica, não cabendo exatamente ao Conselho defini-las naquele momento. Destacou que a questão administrativa se separava de uma política específica, não sendo possível, em um documento, regulamentar algo que já estava previsto em lei superior ao próprio estatuto institucional. Esclareceu que a discussão tratava da política de estágio e que, quanto à questão específica mencionada, ressaltava-se o cuidado adotado em todos os processos. Informou que o caso referido havia passado por processo sigiloso de análise e que não houve reprovação, existindo, inclusive, portaria de aprovação. Acrescentou que houve análise em todos os setores responsáveis relacionados ao estágio — gestão de pessoas, Reitoria e unidade —, bem como diálogo com as partes envolvidas na avaliação. A Senhora Presidenta ponderou que existiam problemas e que os procedimentos internos de avaliação de estágio deveriam ser aprimorados, mas destacou que se tratava de um processo administrativo no qual as políticas deveriam ser contempladas, e não o contrário. Enfatizou que não caberia à política incorporar a legislação de estágio ou de progressão, mas sim às implementações administrativas assegurar a aplicação das políticas nos processos. Nesse sentido, manifestou o entendimento de que não seria adequado inserir questões administrativas no conteúdo da política, devendo esta ser contemplada nas ações diárias administrativas, pedagógicas e formativas. Assim, afirmou não identificar ausência de conteúdo ou inadequação, uma vez que os processos de avaliação de estágio deveriam contemplar a política que se pretendia aprovar. Por fim, destacou que a aprovação da política representaria um avanço significativo e reiterou que esta implicava não apenas a definição de conceitos ou penalidades, mas, principalmente, o desenvolvimento de ações formativas, não sendo, portanto, o instrumento adequado para promover reformas de procedimentos administrativos. Em seguida, questionou se ainda havia outras manifestações a serem feitas. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao Vice-reitor Eraldo dos Santos Pinheiro. O conselheiro Eraldo manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia, pessoal. Muito obrigado por vocês estarem aqui no dia de hoje. Quero agradecer, em especial, à Daiane pela apresentação. Foi excelente. Mas eu queria trazer alguns pontos que são bastante importantes na lógica da construção e da votação que nós vamos ter daqui a pouco com relação a essa política. Preciso dizer que houve todo um método e uma lógica de construção desse documento que está posto aqui agora, onde todas as pessoas tiveram a oportunidade de participar dos GTs e, a partir disso, fazer suas colaborações. Então, me parece bastante respeitoso àquelas mais de 50 pessoas que participaram dos GTs que aquelas pessoas que têm novas contribuições estejam participando dos GTs que continuam em funcionamento ao longo do tempo, já que essa não é uma política totalmente fechada e que, a partir de agora, nós não vamos fazer mais nada com relação a ela. Muito pelo contrário, ela é reavaliada, avaliada e, a partir disso, as colaborações são muito bem-vindas. Inclusive, recebi algumas já hoje pela manhã e a resposta foi exatamente essa: que a gente está aberto, muito obrigado pelas contribuições, mas a gente precisa que isso seja debatido dentro dos GTs, até porque colaborações unilaterais, como já foi colocado aqui anteriormente, não cabem dentro desse espaço; elas são, sim, discutidas e debatidas. E o último ponto que eu gostaria de colocar, e me colocando na posição de pessoa negra que sou, é que o local onde eu moro atualmente não faz diferença nenhuma naquilo que eu tenho de contribuições para as instituições. Eu não esqueço do meu passado, não esqueço daquilo que*

eu faço na minha vida. Então, aquelas pessoas que tiveram a oportunidade de ter uma transição social na vida, eu ouço isso, agradeço e dou os parabéns e eu espero que continuem contribuindo e abrindo portas para as próximas gerações. Muito obrigado." Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao conselheiro docente Luiz Carlos Rigo. O conselheiro Professor Rigo manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia a todos e a todas. Eu sou o professor Rigo, da ESEF, e sou representante da categoria de professores titulares aqui. Só para ficar um pouco claro, eu já estive no CONSUN. Eu acho que, em primeiro lugar, é importante ressaltar a relevância desse momento. E minha fala não vai no sentido de atrapalhar esse momento histórico que já foi colocado. Eu recebi de um grupo de pessoas, eu só queria saber um esclarecimento, algumas coisas que têm a intenção de acrescentar coisas a essas propostas. Não são propostas minhas, até porque eu represento um grupo de professores. Quem me mandou é um professor que está articulado com outras pessoas que debatem esse tema e é da categoria titular. Então, eu me sinto meio na responsabilidade de, ao menos, trazer a possibilidade de incluir. São questões relativas a um ou dois itens, que, na verdade, detalham mais algumas políticas ou, vamos dizer assim, deixam mais específicas algumas propostas, mais protagonistas nessa pauta da inclusão social. Eu queria saber se nós vamos poder fazer essa inclusão, esse é o meu pedido, ou se vai se votar em bloco isso. Essa é a minha dúvida. Ou, ao menos, se discutir essa possibilidade de incluir esses itens que veio desse grupo que tem uma relação bastante direta com essas temáticas."* A Senhora Reitora e o Senhor Vice-Reitor explicaram que, na lógica dos coletivos, as contribuições deveriam ser encaminhadas aos GTs, os quais continuariam em funcionamento. Informaram que todas as sugestões seriam recebidas e encaminhadas para esses grupos, onde passariam pelo debate coletivo antes de eventual incorporação ao documento. Destacaram que, naquele momento, a proposta apresentada era considerada pronta pelos coletivos, sendo possível sua posterior adequação conforme os GTs entendessem pertinente. Esclareceram que se tratava de um documento aberto, construído tanto pela comunidade interna quanto externa, e que poderia ser amadurecido ao longo do tempo. Ressaltaram, contudo, que, naquele momento, não seriam realizados acréscimos diretamente no texto em apreciação no Conselho, devendo tais contribuições ser analisadas posteriormente nos GTs. A Senhora Reitora e o Senhor Vice-Reitor acrescentaram que todas as sugestões recebidas seriam encaminhadas aos GTs e que não havia, naquele momento, previsão de inclusão direta no documento no âmbito do CONSUN. Destacaram que o documento resultava de amplo processo de construção coletiva, com participação de diversas pessoas, tendo as propostas sido debatidas nesses espaços, sendo que algumas foram incorporadas e outras não. Pontuaram que a intenção era que novas contribuições fossem analisadas em momento posterior, no âmbito dos GTs, para eventual inserção em versões futuras do documento, após o devido debate interno. Ressaltaram que esse encaminhamento visava preservar o processo coletivo já realizado, evitando a inclusão de novos pontos sem a devida discussão. A Senhora Reitora e o Senhor Vice-Reitor esclareceram, ainda, que, caso houvesse o encaminhamento de novas propostas, estas retornariam aos coletivos para análise e debate, podendo, posteriormente, voltar ao Conselho em momento oportuno para eventual alteração do documento. Contudo, destacaram que havia o entendimento de que o documento deveria ser aprovado naquele momento, tendo em vista a urgência de sua implementação, permitindo à Universidade atuar frente às ações necessárias. Ressaltaram que o documento permaneceria aberto a reformulações, ainda que não imediatas, recebendo contribuições ao longo do tempo. Salientaram que o processo poderia parecer complexo, especialmente considerando a lógica de participação externa, que exige abertura para acolher o que é construído coletivamente pela sociedade, e não apenas definido pelo Conselho. Destacaram, por fim, que houve mais de um ano de discussão nos GTs, com elaboração, consulta pública e prazo para contribuições, e que não se pretendia encerrar esse processo, mas sim estabelecer um marco inicial para a implementação das ações. Reforçaram que isso não impediria revisões futuras do documento, mas permitiria que a Universidade já

dispusesse de um instrumento para dar início às ações previstas. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra à conselheira docente Thaíse Mendes Farias. A conselheira Professora Thaise manifestou-se da seguinte forma: *"Bom dia a todas as pessoas. Eu sou Thaise, docente desta casa, representando a categoria de professores assistentes aqui no CONSUN. Gostaria de falar um pouco sobre a minha participação, não querendo voltar para mim, mas fazendo uma fala representativa. Nos GTs, nos grupos de trabalho da construção dessa política, que foi amplamente discutida, sobretudo com os nossos alunos e alunas, que são alunos e alunas politicamente organizados, de acordo com os seus interesses e pautas, são alunos que têm essa atuação bastante presente nos coletivos da universidade e fora daqui. Então, nós tivemos convites o ano inteiro para a participação dos grupos de trabalho para a construção deste documento, que é, como disse a nossa magnífica reitora, um marco inicial, o início de um processo de discussão a partir da institucionalização de uma política importante. Bom, a meu ver, eu acho que nós tratarmos de determinados assuntos nessa altura do campeonato, a partir do momento em que todos nós tivemos a escolha, durante todo o ano de 2025, de participar dos GTs, e alguns escolheram participar e outros não, seria um desrespeito com os nossos alunos nós não aprovarmos esse documento na data de hoje, sobretudo porque essa é uma política feita para toda a comunidade da UFPel, servidores técnicos, docentes e alunos, mas é uma política que foi feita, discutida amplamente por dezenas de pessoas, com a inclusão de todos aqueles que escolheram estar discutindo essa política, sobretudo os nossos alunos e alunas. Ademais, acho que é importante recordar que o combate à violência não se resume a políticas punitivas, mas também à psicoeducação de todas as pessoas para a diferença, também com a ressocialização de pessoas agressoras, com a reintegração à comunidade após o cumprimento, evidentemente, das devidas penas impostas. Então, a política de combate às violências não é uma política de ódio e de combate aos inimigos, muito pelo contrário, é uma política que vai envolver responsabilização, educação, ressocialização e, principalmente, um forte viés comunitário. E isso já acontece desde o início dessa discussão, lá no início de 2025, quando foi feita uma chamada à comunidade interna da UFPel e à comunidade externa para a participação dos grupos de trabalho. Bom, dizendo isso, acho que é importante destacar mais alguma coisa, no sentido de... só um minuto, por gentileza. Que tudo o que nós discutimos ao longo desse ano foi pensado em consonância com os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito, que nos convidam a refletir sobre responsabilização e devida punição de agressores, mas também vedam penas de caráter perpétuo e preconizam a possibilidade de reparação. Então, tudo isso foi pensado por dezenas de pessoas, sobretudo os nossos alunos, e é nessa esteira, sem fazer nenhuma consideração pessoal, embora eu tenha muitos afetos na construção dessa política, e eu sou uma pessoa que acredita bastante na potência dos afetos e acho que a gente faz coisas muito importantes com eles, mas, tirando a questão dos afetos, acho que é importante a gente aprovar essa política hoje por aclamação, pensando exatamente no protagonismo de quem participou desses grupos de trabalho, que são os nossos alunos e alunas. Muitas das discussões trazidas à baila nesses grupos foram dos nossos alunos e alunas, que, na sua militância organizada, politicamente organizada e muito engajada, nos convidaram a fazer reflexões bastante profundas e importantes. Então, rogo a todos e todas que aprovemos essa política, conscientes de que ela não tem um fim em si mesma. Ela é o início de uma discussão importante e, como toda política, está sujeita a revisões no futuro, de acordo com a implementação daquilo que nós percebemos que talvez não seja o melhor, não seja o mais adequado; estamos sempre abertos a repensar nossas políticas e é para isso que aqui estamos. Então, gostaria de convocar todos e todas para a aprovação por unanimidade da Política Bem-Viver. Obrigada."* Na sequência, a Senhora

Presidenta passou a palavra ao conselheiro servidor técnico-administrativo Daniel de Alvarenga Berbare. O conselheiro Daniel manifestou-se da seguinte forma: *"Meu nome é Daniel Berbari, sou representante dos técnicos administrativos e presidente da Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal de Pelotas. Primeiramente, é importante, sim, a gente respeitar e estar aqui apreciando as discussões coletivas, mas a gente tem uma prerrogativa dos conselheiros também, que é estar analisando. Eu posso dar um exemplo prático disso: há pouco tempo, em uma reunião aqui deste mesmo Conselho Universitário, com a maioria, inclusive, do pleno que está aqui hoje, a gente debateu a política ambiental da Universidade Federal de Pelotas e, por incrível que pareça, no regimento não constava a introdução de espécies exóticas dentro do campus da Universidade Federal de Pelotas, que é a segunda maior causa de extinção de espécies no planeta. Então, qual foi o papel do Conselho Universitário? Mesmo esse regimento sendo proposto por coletivos, por professores do IB, por professores da educação ambiental, algumas coisas nos passam. Então, o papel do conselheiro é propor, rever, votar, aprovar, melhorar o texto; para isso que a gente está aqui reunido hoje. É uma prerrogativa que, inclusive, está no regimento, que a minha nobre colega aqui, doutora e da área jurídica, vai explicar após a minha fala. Além disso, com a devida vênia da magnífica reitora, no artigo 4º da presente resolução, inciso 14, também diz que essas políticas ex libris para as pessoas técnico-administrativas terão incidência na progressão por mérito. Questiono a você se a progressão por mérito não é um ato administrativo, ou seja, se não tem também esse fluxo. Então, com a devida vênia aqui, lendo o ex libris, o que conta, sim, influencia, como presidente da Comissão Interna de Supervisão da Carreira, sim, tem algumas incidências em processos administrativos, não é só política, mas também tem incidência no processo administrativo. Então, isso é preciso ficar bem claro; por isso, nós, enquanto representantes técnico-administrativos, temos o dever de propor melhorias para a nossa categoria. Esse direito não nos vai ser retirado, porque nós somos conselheiros devidamente eleitos para representar a nossa categoria e temos que fazer isso da melhor forma possível. Por isso, a gente encaminhou um documento em novembro; então, não se pense que a gente está levantando isso agora, já foi encaminhado há um bom tempo esse documento, e estamos colocando aqui essa possibilidade de alteração no local que é para a gente fazer isso, que é o local de votação, que é no Conselho Universitário. Então, essa é uma prerrogativa dos conselheiros e não vamos abrir mão dela."* A Senhora Presidenta disse, em resposta ao conselheiro Daniel, que, sim, tratava-se exatamente do que havia afirmado anteriormente, no sentido de que a política tinha incidência sobre a questão administrativa, e não o contrário. Acrescentou que, em sua próxima fala, abordaria a questão, mas que aguardaria as demais manifestações. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra a discente Isadora Caleiro. A aluna Isadora manifestou-se no sentido de defender a ideia de construção coletiva do documento. Relatou que, durante a elaboração de sua dissertação, havia aprendido, a partir do pensamento de Conceição Evaristo, que pessoas negras, embora compartilhassem experiências comuns, como o racismo, possuíam vivências distintas, inseridas em contextos diversos. Nesse sentido, destacou que a construção democrática do documento decorria justamente dessa diversidade de experiências. Observou que o Conselho era majoritariamente branco e, por isso, considerava fundamental que o documento fosse construído coletivamente e mantivesse essa característica. A aluna Isadora afirmou que as sugestões e apontamentos apresentados deveriam ser encaminhados aos grupos de trabalho, para que fossem debatidos coletivamente, considerando as diferentes vivências dos participantes, a fim de avaliar sua pertinência, sem deslegitimar as contribuições trazidas. Ressaltou a importância de preservar o caráter coletivo e democrático do processo, envolvendo a diversidade da comunidade universitária, composta por estudantes, técnicos e docentes. Por fim, defendeu que o documento fosse aprovado na forma apresentada, considerando seu caráter inicial, passível de

aprimoramentos futuros, reiterando a necessidade de manutenção do processo democrático de discussão nos grupos de trabalho para eventual incorporação de novas contribuições. A conselheira Mara Beatriz suscitou questão de ordem, com fundamento nos artigos 29 e 30, afirmando que, uma vez trazido o assunto ao Conselho, este deveria ser debatido. Ressaltou que o debate não implicava a desconstrução do trabalho já realizado, destacando que todas as minutas submetidas ao Conselho eram objeto de discussão pelos conselheiros. A título de exemplo, relembrou a discussão acerca da aprovação de 90% das cotas para o PAVE, ocasião em que, ainda como integrante de movimento social, presenciara debates intensos no âmbito do Conselho, inclusive com manifestações divergentes, ressaltando que havia sido realizada ampla discussão, mesmo havendo minuta apresentada pela gestão. A conselheira afirmou que as questões em debate já incidiam sobre aspectos administrativos, especialmente no que se referia à progressão, conforme já indicado anteriormente, manifestando concordância quanto à importância da formação, mas enfatizando que a proposição apresentada visava apenas à inclusão de cláusulas de salvaguarda para os técnicos, a fim de evitar situações de violência já relatadas. Destacou, nesse sentido, que não seria adequado afirmar que a matéria não tratava de aspectos administrativos da carreira, uma vez que a própria minuta contemplava tais incidências. Reiterou, por fim, a questão de ordem com base nos artigos 29 e 30, defendendo o direito de debate pelos conselheiros e ponderando que, caso não fosse possível a discussão, o encaminhamento deveria ter ocorrido previamente por meio de instrumento próprio da Presidência ao Conselho. A Senhora Presidenta relembrou que havia enviado convocação para reunião no mês de dezembro, destacando que todos tinham acesso e poderiam ter encaminhado suas contribuições previamente. Informou que a referida reunião foi cancelada a pedido da categoria, em respeito ao dia de paralisação em 16 de dezembro, bem como para garantir maior tempo de discussão do documento. Ressaltou que, conforme o artigo 37, as matérias poderiam ser debatidas, desde que encaminhadas por escrito, salientando que não haviam sido recebidas contribuições formais para aquela reunião no âmbito do processo. A Senhora Presidenta destacou que, no entendimento dos GTs, o processo de construção do documento ocorreu de forma participativa, com ampla divulgação e abertura à comunidade, tendo havido tempo hábil para o envio de contribuições antes da formulação final. Ainda assim, ponderou que a discussão estava sendo realizada no momento. Por fim, informou que, diante do debate, seria possível encaminhar a matéria para votação quanto à realização ou não de alterações no documento, antes de sua aprovação, condicionando tais encaminhamentos à apresentação por escrito, conforme previsto no artigo 37, e que, após as manifestações, submeteria a questão à deliberação do plenário. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao conselheiro docente César Dalmolin Bergoli. O conselheiro Professor César manifestou-se da seguinte forma: *"Minha fala é rápida porque parece que os conselheiros não querem debater isso. Então, no momento em que você fala isso, eu quero argumentar a minha posição, caso a reitora até vá fazer um encaminhamento. E eu vejo que são cenários diferentes em relação ao Código Ambiental e ao que está sendo discutido hoje. Com certeza, tudo pode ser modificado pelo Conselho: um Código Ambiental, uma resolução que trata de relacionamento com a Fundação de Apoio ou diversas outras resoluções que também são discutidas aqui. Mas todos esses documentos, as resoluções... Todos esses documentos, esse Código Ambiental mesmo, não passaram por uma discussão prévia com uma comunidade. Não foi ouvida uma comunidade ribeirinha, não foi ouvida uma comunidade de pescadores. Então, diferentemente dessa política institucional, a gente modificar alguma coisa aqui sem ouvir novamente essa comunidade, que é diretamente afetada, que é isso que a Isadora falou na segunda fala dela, é diferente da modificação que foi feita no Código Ambiental. Então, por mais que o regimento permita que o conselheiro mude, o conselheiro também pode ter a sensibilidade de entender essa diferença que está sendo colocada aqui em discussão. Então, a primeira coisa é isso. A segunda coisa é sobre os 90% de vagas do PAVE para a escola pública. Eu estava nessa reunião também. O que foi construído, e eu lembro, foi que a proposta*

da gestão era um escalonamento até os 90% naquele momento. Se não me engano, era 80%, 85% e 90%. Eu estava presente na reunião e era isso: começar em 80%, 85% e 90%. E o que foi defendido naquele momento foi que fosse diretamente para 90%. Eu lembro, inclusive, que a posição da gestão foi que não era possível os 90% de imediato, porque, inclusive, naquele ano o PAVE já estava com o edital publicado. Não era mais possível modificar. Então, são coisas diferentes novamente. Em nenhum momento, a construção dos 90% não foi respeitada. E foi uma construção dos 90% junto com a comunidade, junto com a sociedade. Então, não foi assim: a comunidade quer 90% e a gestão era contrária aos 90%. Então, novamente, são coisas diferentes. Então, já queria me posicionar explicando o porquê do meu voto, se a reitora for fazer esse encaminhamento de modificação. Eu não sou contra a discussão no Conselho e não sou contra modificar nada. O Conselho tem essa prerrogativa. Mas eu entendo que, nesse caso dessa resolução de uma política institucional em que se ouviu a classe, se ouviu a comunidade, a gente tem que ter uma sensibilidade de talvez não nos fazermos valer dessa nossa prerrogativa regimental, já justificando o meu voto. Obrigado." Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao conselheiro docente Márcio Caetano. O conselheiro docente Márcio Caetano afirmou que o debate em questão já era esperado, destacando que não era a primeira vez que segmentos historicamente excluídos do espaço universitário buscavam disputar políticas para alcançar condições de igualdade. Ressaltou a importância de observar a composição do Conselho, chamando a atenção para a ausência de pessoas negras naquele espaço, atribuindo tal cenário às estruturas de poder que definem as regras e, consequentemente, mantêm processos de exclusão. Márcio mencionou, ainda, discussões acerca das desigualdades sociais e raciais, ressaltando que o poder aquisitivo não isentava pessoas negras de sofrerem racismo, tampouco outras populações de enfrentarem diferentes formas de violência, como a violência de gênero ou a LGBTIfobia. Destacou que, diante dessas situações, tais populações, independentemente de classe social, permaneciam expostas a vulnerabilidades semelhantes. O conselheiro afirmou que o documento em debate representava um contraponto a essa realidade, por ter sido elaborado com a participação de movimentos sociais e de sujeitos diretamente afetados por situações de violência, buscando garantir não apenas o direito de acesso, mas também o direito de existência no âmbito da Universidade. Defendeu que a aprovação do documento representaria um posicionamento institucional relevante, demonstrando à sociedade pelotense e brasileira o compromisso da Universidade com as demandas dessas populações, bem como o esforço em tornar a instituição mais representativa da sociedade. Por fim, o conselheiro Márcio reiterou o pedido para que o documento fosse aprovado por unanimidade, destacando seu caráter orgânico e passível de reformulações futuras, conforme o avanço dos debates e das demandas sociais. Reforçou, ainda, a solicitação para que a aprovação ocorresse por aclamação, entendendo que tal gesto representaria o respeito do Conselho às reivindicações da sociedade. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao conselheiro docente Luiz Carlos Rigo. O professor Rigo declarou, inicialmente, seu voto favorável ao documento, independentemente de eventuais pedidos. Afirmou que a questão em pauta dizia respeito, em parte, à logística de funcionamento da universidade e às dinâmicas institucionais. Ressaltou que não via o acréscimo de contribuições no âmbito institucional como algo que contrariasse as decisões do coletivo que elaborou o documento, entendendo que tais proposições poderiam, inclusive, qualificá-lo, desde que não se opusessem ao que já havia sido discutido. Observou que, caso a dinâmica institucional estabeleça que determinadas discussões ocorram apenas em espaços específicos, seria necessário refletir sobre o papel do CONSUN nesse processo, bem como sobre o fluxo de ida e volta dos documentos entre os diferentes espaços coletivos. Destacou, ainda, que os proponentes das sugestões de qualificação — que não eram de sua autoria — possivelmente não tinham clareza sobre o funcionamento dessa dinâmica institucional. O professor Rigo enfatizou que, em nenhum momento, houve intenção de se contrapor ao coletivo responsável pela elaboração do documento, dispensando, assim, interpretações nesse sentido. Pelo contrário, reiterou o reconhecimento da importância do trabalho coletivo realizado. Afirmou,

também, que o CONSUN carecia de maior vivência em práticas institucionais democráticas de representatividade, mencionando que poucas pautas eram efetivamente levadas pelos representantes aos seus representados. Informou que comunicaria aos grupos que o procuraram, inclusive docentes de sua categoria, que a discussão seria encaminhada, se aprovada, aos grupos de trabalho (GTs) e, posteriormente, poderia retornar ao CONSUN. Por fim, reiterou que a proposta de acréscimos ao documento não tinha como objetivo confrontar o texto original, mas sim contribuir para seu aprimoramento, alertando para a necessidade de evitar a criação de falsas controvérsias. Acrescentou que desconhecia a exigência de encaminhamento prévio das alterações e ponderou que, caso a análise fosse realizada item a item, seria possível deliberar sobre as modificações no âmbito da própria reunião do CONSUN. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao conselheiro docente aposentado Moacir Cardoso Elias. O conselheiro Moacir Elias afirmou que todos tinham consciência da existência de diferentes espaços, instâncias e momentos institucionais, destacando a necessidade de compreensão acerca do que estava sendo realizado naquele contexto. Ressaltou que o documento apresentado possuía princípios claramente definidos, bem como procedimentos, caracterizando-se como um ponto de partida. Observou que o Conselho Universitário era composto por mais de 60 membros e ponderou que, caso cada integrante buscasse inserir, a todo momento, suas próprias concepções, estruturas e construções, seria necessário, inclusive, repensar a própria concepção do Conselho. Diante disso, propôs, de forma objetiva, que fosse colocada em votação a existência, ou não, de impedimentos à aprovação do documento. Sugeriu que, não havendo tais impedimentos, procedesse-se à votação, na qual os favoráveis votariam pela aprovação e os contrários se manifestariam de forma oposta, como forma de exercício democrático. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao conselheiro servidor técnico-administrativo Daniel de Alvarenga Berbare. O conselheiro Daniel agradeceu à Comissão de Legislação e Normas (CLN) pela orientação prestada no início do processo, destacando seu papel na verificação da legalidade dos documentos e na emissão de parecer que possibilita aos conselheiros a análise de mérito. Informou, ainda, que integrou a referida Comissão por período significativo, afirmando conhecer seu funcionamento no âmbito dos processos administrativos. Em seguida, ressaltou que o sindicato constitui um movimento social e esclareceu que a demanda apresentada não havia sido encaminhada durante a reunião, mas sim previamente, por meio do Ofício nº 15, datado de 24 de novembro de 2025, direcionado ao Gabinete do Reitor, no qual se solicitava a inclusão das questões em debate. Enfatizou que a proposição foi apresentada com antecedência suficiente para discussão, não se tratando, portanto, de matéria nova, mas de reiteração de pedido anteriormente formalizado pelo sindicato dos servidores técnico-administrativos em educação. Destacou, ainda, que sua manifestação se dava na condição de representante da categoria, defendendo a importância de atuação dos conselheiros técnico-administrativos em prol dos interesses de seus representados, inclusive no que se refere a aspectos remuneratórios, como a progressão por mérito. Por fim, afirmou que a iniciativa visava contribuir para o aprimoramento da resolução, em benefício da categoria, reiterando que a demanda foi devidamente encaminhada por movimento social, com a devida antecedência. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra a Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade, Claudia Daiane Garcia Molet. A Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade, Claudia Daiane, reforçou que a construção do documento ocorreu ao longo de todo o ano de 2025, destacando seu caráter contínuo e não finalizado. Mencionou, como exemplo, a recente alteração da resolução de permanência para estudantes indígenas e quilombolas, aprovada no âmbito do COCEPE, evidenciando a necessidade de aprimoramento a partir da prática. Ressaltou que o processo de construção coletiva também se relaciona ao respeito às pessoas envolvidas, destacando o empenho dos participantes que contribuíram intensamente, em diferentes turnos e formatos, mesmo diante de incertezas iniciais quanto à viabilidade da política. Informou que foram realizados diversos convites e convocações para participação, esclarecendo que os grupos de trabalho (GTs) não são instâncias permanentes, embora possuam coordenações, sendo ela a coordenadora geral, e que permanecem abertos à participação e contribuições contínuas. A Pró-Reitora também situou sua trajetória vinculada a

movimentos sociais, ressaltando a importância dessa vivência para sua atuação institucional. Destacou que o documento em debate foi amplamente construído de forma coletiva e defendeu que sua implementação não deve ser atribuída exclusivamente à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade, a qual caracterizou como parceira e articuladora, e não como instância centralizadora das temáticas relacionadas às violências e à permanência. Enfatizou que o enfrentamento dessas questões exige o comprometimento de todos os setores da instituição, incluindo servidores, estudantes e a comunidade em geral. Reiterou que os GTs permanecerão ativos e abertos a novas contribuições, defendendo que eventuais propostas de alteração sejam encaminhadas a esses espaços, de modo a dialogar com aqueles que participaram da construção inicial e compreender os fundamentos das decisões adotadas. Por fim, manifestou entendimento de que o documento pode e deverá ser aprimorado ao longo do tempo, especialmente diante das transformações nas formas de violência, mas defendeu sua aprovação no momento atual, como forma de viabilizar sua implementação. Destacou que tal encaminhamento não implica o fechamento ao diálogo, mas sim o compromisso institucional com a política, preservando o respeito ao processo coletivo que originou o documento. Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra à conselheira servidora técnico-administrativa Mara Beatriz Nunes Gomes. A conselheira servidora técnico-administrativa Mara Beatriz falou que era necessário restabelecer a verdade, tendo em vista que havia sido dito que o documento não não havia sido enviado. Disse que o Ofício nº 15.3/2025 foi encaminhado em 1º de dezembro, com confirmação de recebimento em 2 de dezembro pelo assessor da Reitora, Daniel Momoli. Destacou que o envio ocorreu em tempo e modo, podendo, inclusive, ser projetado para comprovação. Relatou, ainda, que, em razão de uma paralisação prevista para o dia 16, houve nova deliberação, sendo novamente encaminhada solicitação manifestando o interesse em participar do debate. Reiterou, assim, que o movimento social e o sindicato apresentaram suas considerações, ressaltando que tal participação não configurou desrespeito ou demérito, mas, sim, exercício legítimo de participação no debate. Pontuou a necessidade de retificação de algumas informações, considerando que o tempo poderia afetar a memória dos fatos. Mencionou o processo nº 23110.037580/2018-86, no qual constava que a proposta inicial da gestão, no que se referia à discussão do PAVE, previa percentuais de 60%, 75% e 90%. Informou que o movimento social defendeu, à época, o percentual de 90%, o que não foi possível, tendo-se construído, no âmbito do Conselho, a proposta de 75%, 80% e 90%. Observou que, embora tais percentuais pudessem parecer insuficientes, o acréscimo de 15% representou, naquele contexto de 2018, a inclusão de dois estudantes negros no curso de Medicina. Destacou, portanto, a importância de restabelecer a verdade diante de possíveis falhas de memória. Por fim, a conselheira Mara argumentou que as diferentes realidades sociais influenciavam as concepções e vivências, exemplificando que a experiência de uma pessoa negra residente em áreas de maior poder aquisitivo diferia daquela vivenciada por pessoas negras em regiões periféricas, onde as relações sociais se constituíam de forma distinta. Enfatizou que tal discussão precisava ser considerada, de modo a evitar representações meramente simbólicas, reiterando que sua intervenção teve por objetivo restabelecer a verdade e afirmar que não houve inverdade nas manifestações apresentadas. Na sequência, a Senhora Presidenta colocou em votação se seriam acatadas modificações no documento naquele dia, considerando todas as falas, os argumentos apresentados e o respeito ao coletivo que haviam buscado expressar. A maioria dos conselheiros votou pela não modificação do documento, registrando-se sete votos contrários. Na sequência a Senhora Presidenta colocou o item 11 em votação, sendo aprovado, com seis abstenções, o seguinte encaminhamento: O CONSUN, considerando o Parecer 3 (3665858), da Comissão de Legislação e Normas - CLN, aprovou a Proposta de Minuta de Resolução que Institui a Política Institucional “Bem-Viver UFPel: Prevenção e Combate às Violências”, conforme o documento SEI 3520918. A Senhora Presidenta agradeceu a presença do secretário Júlio e das colegas Jana e Isadora, que defenderam a proposta apresentada. Na sequência, deu continuidade à reunião, informando que passariam à apreciação do **Item 12.** APRECIAÇÃO DO OFÍCIO/ADUFPEL REFERENTE À REFORMA ADMINISTRATIVA - PROCESSO Nº 23110.038613/2025-34 - A Senhora Presidenta fez a leitura do referido ofício conforme

segue: *"Senhora Presidente, tendo em vista as graves ameaças que pairam sobre os serviços públicos e em particular sobre as universidades públicas no bojo do que tem sido chamado reforma administrativa em tramitação na Câmara dos Deputados, a Assembleia Geral da ADUFPel, realizada em 07.10.2025, aprovou solicitar posicionamento do CONSUN-Conselho Universitário da UFPel sobre a proposta em curso. Sem mais, enviamos nossas saudações universitárias e sindicais."* Na sequência, a Senhora Presidenta passou a palavra ao conselheiro servidor técnico-administrativo Daniel Berbare, para que procedesse à leitura do Ofício da ASUFPel. O conselheiro Daniel manifestou-se nos seguintes termos: *"Agradeço, Magnífica Reitora. Informo que procederei à leitura do documento. Sou da pasta de Coordenação Política do sindicato. Trata-se de proposta de promoção e apoio do Conselho Universitário, junto à ANDIFES, ao MEC e ao MGI, para a efetivação integral do Termo de Acordo nº 11/2024, referente ao acordo de greve do ano de 2024. Entre os itens pendentes, encontram-se: a implementação das progressões por reconhecimento de saberes e competências, recentemente descaracterizadas pelo PL nº 6.170; o reposicionamento e a aceleração da progressão para os aposentados; o regime de plantão de 12 horas por 60; a racionalização dos cargos; a reabertura do PCCTAE aos servidores que ainda permanecem no PUCRSE; o Decreto nº 9.991/2019; o retorno da capacitação aos IFEs; a implementação do Plano Nacional de Capacitação, prevista no Termo de Acordo de Greve de 2015; a jornada de 30 horas para todos, sem redução de remuneração; a efetiva democratização nas instituições federais de ensino; entre outras pautas pendentes constantes no referido acordo de greve, que consta em anexo, a manifestação de apoio da UFPel contra a reforma administrativa, a reforma administrativa sobre a falsa premissa de modernização e ameaça à espinha dorsal do Estado brasileiro ao precarizar serviços essenciais como saúde, educação e previdência. A desarticulação do serviço público e o fim da estabilidade não combatem privilégios, já que metade do funcionalismo recebe menos de 3,6 mil reais, mas abrem margem para o apadrinhamento político e a interrupção de políticas públicas vitais. Sem concursos e segurança jurídica, o servidor pede a isenção necessária para denunciar irregularidades, transformando o Estado em um balcão de negócios que prejudica diretamente a população mais vulnerável. A estabilidade não é um benefício individual, mas uma garantia constitucional que protege a sociedade contra perseguições e garante a continuidade técnica de órgãos como SUS e INSS. Defender o serviço público qualificado é assegurar a dignidade do cidadão que depende do ensino público e da política de seguridade social. É imperativo que o Congresso Nacional priorize o bem-estar coletivo em vez de interesse de mercado, rejeitando retrocessos que minam a meritocracia e a eficiência da máquina pública brasileira."* Na sequência, a Senhora Presidenta colocou em votação a criação de moção de apoio contra a reforma administrativa, a qual foi aprovada por unanimidade. Informou, ainda, que havia uma sugestão de texto, solicitando ao Assessor Daniel Momoli que procedesse à leitura do documento. Após a leitura da sugestão de nota de repúdio contra a reforma administrativa, com pedido de inclusão no texto por parte de representante da ASUFPel, a Senhora Presidenta colocou em votação a Moção de Apoio contra a Reforma Administrativa e contra o não cumprimento do acordo de greve de 2024, a qual foi aprovada por unanimidade, conforme segue: O Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) manifesta repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 38/2025, conhecida como Reforma Administrativa, em tramitação no Congresso Nacional, e ao não cumprimento do acordo de greve de 2024. A proposta representa ameaça à estrutura do serviço público e aos direitos sociais, ao fragilizar pilares como a estabilidade e o concurso público — mecanismos essenciais à autonomia técnica, à impessoalidade e à continuidade das políticas de Estado. Ao ampliar contratações temporárias, incentivar terceirizações e promover arrocho salarial, a PEC tende a precarizar as relações de trabalho e comprometer a qualidade dos serviços prestados à população. Áreas estratégicas

como educação, saúde, ciência e assistência social dependem de um serviço público estruturado e valorizado. No campo da educação, a precarização das carreiras docente e técnico-administrativa impacta diretamente a capacidade das universidades federais de desenvolver ensino, pesquisa e extensão com qualidade social. Diante disso, o Conselho Universitário reafirma seu posicionamento contrário à PEC nº 38/2025, por entender que a proposta afronta princípios constitucionais e representa retrocesso nas conquistas sociais, penalizando especialmente as populações mais vulneráveis. A UFPel reafirma, por fim, sua defesa do serviço público e da valorização de suas servidoras e servidores. Na sequência,a Senhora Presidenta passou ao **Item 13.** INFORMES - 1) A Senhora Reitora prestou informe acerca da situação orçamentária da Universidade, destacando que, em razão do montante recebido para custeio, inferior ao necessário para o pagamento das despesas institucionais, a instituição iniciou o ano com um déficit de aproximadamente 8 milhões de reais. Informou que o orçamento recebido representava um acréscimo de cerca de 5% em relação ao ano anterior, sem que houvesse suplementação, mantendo-se o total em 98 milhões de reais, dos quais 5 milhões correspondiam a recursos de capital. Ressaltou que o valor permanecia insuficiente para cobrir as despesas, somando-se ao déficit já existente. Afirmou, ainda, que o exercício financeiro seria desafiador, com a manutenção das medidas de contenção já adotadas, especialmente no que se referia a saídas de campo e demais ações que haviam sido reduzidas. Informou que a gestão estava trabalhando em conjunto com as pró-reitorias na definição de prioridades, bem como na adequação de contratos, incluindo a organização junto ao núcleo de transportes, visando garantir o atendimento das demandas relacionadas à permanência dos transportes. Por fim, destacou que, diante do cenário apresentado, as medidas de contenção deveriam ser mantidas ao longo do ano. 2) A Senhora Reitora prestou informe acerca de ações relacionadas ao mês de março, destacando que a ANDIFES estava desenvolvendo iniciativas, dentre as quais a implantação do Banco Vermelho em nível nacional, como forma de mobilização das universidades na luta contra o feminicídio no país. Informou que a proposição havia sido encaminhada pela ANDIFES Sul, representando os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, à ANDIFES Nacional, tendo sido aprovada na última reunião da entidade. Ressaltou que a Universidade estava inserida na referida proposição, a qual havia sido encaminhada pelo próprio fórum regional. Informou que, no dia 9 de março, seria realizada uma ação no campus Anglo, convidando a comunidade acadêmica à participação. Destacou a importância do engajamento institucional na luta contra o feminicídio, considerando o contexto de recesso acadêmico e greve dos técnicos, reforçando o convite para participação na mobilização, inclusive como pauta de luta. 3) A Senhora Reitora destacou que, considerando o contexto social vivenciado, a gestão havia definido o ano em curso como o ‘Ano da Saúde Mental’. Informou que seriam elaboradas proposições a serem encaminhadas às diversas instâncias da Universidade, com o objetivo de promover, ao longo do ano, ações voltadas à conscientização, à melhoria de atitudes e à mudança de hábitos, visando ao fortalecimento da saúde mental da comunidade acadêmica. Ressaltou que as propostas estavam em discussão nas pró-reitorias e que, em breve, seriam encaminhadas às demais instâncias para definição e implementação das ações previstas. 4) O Conselheiro Discente Iuri de Almeida Costa cumprimentou os presentes e apresentou-se como coordenador do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Inicialmente, manifestou agradecimento pela aprovação do Programa Bem Viver UFPel, destacando a relevância do debate realizado e ressaltando a importância de iniciativas voltadas à prevenção, à melhoria das relações, à boa convivência e à permanência estudantil. Agradeceu, ainda, pela homenagem prestada aos estudantes Talia e Paulo, falecidos na semana anterior, ressaltando tratar-se de um momento delicado para o Curso de Geografia, seus docentes e toda a comunidade acadêmica da área. Destacou que o estudante Paulo era bastante atuante, integrante do Centro Acadêmico da Geografia e participante de projetos como o PIBID e iniciativas de reestruturação de espaços escolares, sendo considerado uma pessoa ativa e relevante para a Universidade. Por fim, registrou agradecimento em nome dos colegas e do curso, convidando a comunidade acadêmica para a homenagem a ser realizada no mesmo dia, às 19 horas, no Auditório do Campus II. 5) A Conselheira Servidora Técnico-Administrativa Mara Beatriz Nunes Gomes prestou informe acerca da greve dos servidores técnico-

administrativos, destacando que se tratava de um movimento com repercussão em toda a comunidade acadêmica. Ressaltou que a deflagração da greve não era desejada naquele momento, porém se fazia necessária em razão do não cumprimento de diversos pontos do acordo firmado anteriormente, conforme havia sido apresentado em leitura realizada pelo Conselheiro Daniel. Enfatizou, em especial, a questão relacionada à desnaturação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), apontando-a como uma das principais demandas da categoria. Informou que o movimento paredista teria início na segunda-feira subsequente, manifestando expectativa de mobilização e apoio da comunidade acadêmica naquele período. Não havendo mais manifestações, a Senhora Presidenta agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. E eu, Priscila Mastrantonio Neves, Assistente em Administração da Secretaria dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será igualmente assinada pela Senhora Presidenta.

Documento assinado eletronicamente por **URSULA ROSA DA SILVA**, **Reitora**, em 05/11/2026, às 19:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA MASTRANTONIO NEVES**, **Chefe, Núcleo de Apoio Administrativo da Secretaria do Conselhos Superiores**, em 06/11/2026, às 08:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3681470** e o código CRC **E13C7367**.

Referência: Processo nº 23110.001234/2026-70 SEI nº 3681470